

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

O 1º DE MAIO EM SERGIPE (1890 a 1930)

MÁRIO HENRIQUE FREIRE DE CARVALHO SANTANA

Orientador: Prof. Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá

São Cristóvão

2015

MÁRIO HENRIQUE FREIRE DE CARVALHO SANTANA

O 1º DE MAIO EM SERGIPE (1890 – 1930)

Monografia apresentada como requisito para obtenção de título de Licenciado em História pela Universidade Federal de Sergipe, sob orientação do professor Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá.

São Cristóvão

2015

RESUMO

Esse estudo tem como objetivo analisar as disputas e expressões do 1º de Maio em Sergipe, no período de 1890 a 1930. Para atingi-lo, foram feitas análises em jornais da época, que noticiavam as ações dos trabalhadores sergipanos durante as manifestações de “Dia do Trabalhador”, buscando perceber o discurso sobre a comemoração da data. Antes de tratar de Sergipe, porém, foi necessário analisar o processo de consolidação do 1º de maio como um rito da identidade operária, que começou com o amadurecimento de uma ação internacionalista na Europa durante o século XIX. As disputas ideológicas sobre a data marcavam a forma de comemorá-la no mundo e, em Sergipe o dia era marcado pela tentativa do patronato e dos governantes de apropriá-la como uma festa de amizade entre patrões e empregados. Também é marcante a presença de uma forte religiosidade e da ação católica. Por outro lado, as ações dos trabalhadores contribuíram para a consolidação de uma identidade de classe, expressando ações ritualísticas de luta operária. Nossa contribuição se insere no resgate da temática do movimento operário em Sergipe, mostrando a importância de se analisar o problema operário no contexto da república oligárquica.

Palavras Chave: Primeiro de Maio, Movimento Operário, Primeira República.

ABSTRACT

This study aims to analyze disputes and expressions of May 1st in Sergipe, in the period from 1890 to 1930. To achieve it, analyzes were made in newspapers of the time, which were reporting the actions of Sergipe workers during the demonstrations of "Workers Day ", seeking to realize how they report the celebration of the date. Before treating of Sergipe, however, it was necessary to analyze the consolidation of May 1st as a rite of working class identity, which began with the maturing of an internationalist action in Europe during the nineteenth century. Ideological disputes over the date marked the way to celebrate it in the world and, in Sergipe the day was marked by the attempt by employers and governments to appropriate it as a celebration of friendship between employers and employees. On the other hand, the workers actions contributed to the consolidation of a class identity, expressing ritualistic actions of workers' struggle. Our contribution is included in the rescue of the theme of the labor movement in Sergipe, showing the importance of analyzing the labor issue in the context of oligarchic republic.

Keywords: May 1st, Labor Movement, First Republic

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	i
1. INTRODUÇÃO	7
2. SEÇÃO I - ONDE TUDO COMEÇOU	11
3. SEÇÃO II – O PRIMEIRO DE MAIO NO BRASIL	23
4. SEÇÃO III – O PRIMEIRO DE MAIO EM SERGIPE	36
5. CONCLUSÃO.....	54
6. BIBLIOGRAFIA	57

AGRADECIMENTOS

Gratidão é um dos sentimentos mais nobres que o ser humano pode expressar. Muitas pessoas com certeza contribuíram para esse trabalho. Primeiramente gostaria de agradecer ao professor Dr. Antônio Fernando de Araújo Sá, por ter aceitado ser o meu orientador. Você contribuiu desde o mais básico, como regras da ABNT e escrita de maneira geral, até questões mais complexas da historiografia, sempre com sua maneira, ao mesmo tempo rígida e paciente. Por isso meu muito obrigado. Agradeço também a todos os professores do Departamento de História da UFS, pelas aulas e discussões ao decorrer desses 8 períodos de curso.

Muitos colegas de curso também ajudaram na formação desse trabalho. Muito obrigado todos que estiveram comigo durante esses anos. Lívia, Marina, Iza, Cleidinho, Felipe, Manu, levo vocês sempre comigo no coração e na mente. Todos do movimento estudantil, do finado Barricadas e das chapas de eleições de DCE. Vocês me mostraram que a Universidade ensina fora das salas de aula tanto quanto dentro delas.

Obrigado também a Prof. Cristiane Guedes, por me auxiliar de maneira quase que imediata quando solicitei.

Agradeço também aos funcionários do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no nome de Jhon, pela ajuda que recebi quando necessário.

Obrigado a minha família por me incentivar sempre, mesmo nos momentos em que achei que não conseguiria. Mãe Helione, guerreira maior, você é inspiração todo dia. Irmãs Natália, Tamires, Victória, obrigado pelas palavras de apoio, a ajuda na leitura de algumas citações durante o trabalho. Francy, minha companheira de todas as horas e momentos, obrigado por tudo, pela cobrança, pelo incentivo, por me ajudar no corre-corre dos momentos finais. Vocês são mulheres da minha vida. Pai, Paulin, Victão, obrigado por sempre acreditarem na minha capacidade. Meu amigo/padrinho/tio/compadre Cláudio, você me incentiva desde o ensino médio, e é um grande exemplo para mim, sabe disso.

Enfim, obrigado a todos que de alguma forma me ajudaram nesse trabalho, seja de maneira concreta ou através dos mais singelos incentivos! Obrigado!

1. INTRODUÇÃO

Uma rápida pesquisa em qualquer ferramenta de busca da internet sobre notícias relacionadas ao Primeiro de Maio no ano de 2015 nos dá facilmente uma noção da dimensão dessa data em todo o mundo. O site do RFI Português noticia mobilizações de trabalhadores no primeiro de maio em Cabo Verde, protestando contra o desemprego¹. Na página do Rede Brasil Atual² é narrada a ação dos trabalhadores na Alemanha, comemorando a aplicação e ampliação da lei de Salário Mínimo finalmente aprovada no país. O site do "Rádio e Televisão de Portugal" expõe o vídeo do "tradicional desfile da CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses) no dia do trabalhador"³, afirmando que a passeata reuniu milhares de pessoas em Lisboa. Em Havana, a "Rede Brasil Atual" afirma que "milhares vão as ruas para celebrar o primeiro de maio". E por fim, no Brasil, o G1 trata da mobilização de várias centrais sindicais contra o Projeto de Lei que visa terceirizar ainda mais o trabalho no país⁴.

Fazemos essa constatação para reforçar uma ideia que não é tão difícil de ser percebida: o primeiro de maio é uma data internacional. Hobsbawm, em seu texto "O nascimento de um feriado: o primeiro de maio", afirma acreditar que o primeiro de maio é "talvez a única conquista indiscutível realizada por um movimento secular sobre o calendário cristão ou qualquer outro calendário". E ainda mais relevante, não é uma data estabelecida pelo poder dos governantes ou conquistadores, e sim por movimento iniciado por homens e mulheres pobres, trabalhadores e trabalhadoras (HOBSBAWM, 1998, p. 171). Uma questão tão grandiosa certamente merece ser objeto de estudo de historiadores de todo mundo. É nesse sentido que buscou-se trazer uma contribuição sobre essa temática em Sergipe.

Outro ponto extremamente importante e igualmente interessante sobre o Primeiro de Maio é que um dia marcado por ritos que expressam diferentes visões de mundo, onde diferentes correntes ideológicas existentes reivindicam-na de formas diversas. Desde o início da sua manifestação até os dias atuais, é possível perceber diferentes maneiras de passar esse dia. Caminhando pela cidade de Aracaju durante as semanas que antecederiam o Primeiro de

¹ Disponível em: <http://www.portugues.rfi.fr/africa/20150501-primeiro-de-maio-de-protestos-em-cabo-verde>; Acessado em 09/10/2015, às 08:40.

² Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-do-velho-mundo/2015/05/primeiro-de-maio-na-alemanha-de-berlim-se-avista-o-mundo-6583.html>; Acessado em 09/10/2015, às 08:40.

³ Disponível em: http://www.rtp.pt/noticias/pais/desfile-do-primeiro-de-maio-junta-milhares-em-lisboa_v825273; Acessado em 09/10/2015, às 08:40.

⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/05/trabalhadores-realizam-passeata-em-belem-pelo-dia-1-de-maio.html>; Acessado em 09/10/2015, às 08:40.

Maio desse ano de 2015 foi possível ver diversas faixas, panfletos e ouvir carros de som anunciando diferentes eventos. Empresas do transporte público convidavam para a “Festa do Trabalho” na sede da empresa. Centrais Sindicais mais próximas ao Governo anunciavam passeatas, Centrais Sindicais de oposição passeatas em local diferente. Igrejas de Bairro organizavam romarias com imagem de São José Operário. Dentro do próprio movimento operário vão existir discussões sobre como a data deve ser lembrada ou manifestada. Essas discussões vão começar a partir do momento em que ficou decidido pela II Internacional que se faria um evento mundial no dia 1º de Maio de 1890. Socialistas influenciados pela II Internacional vão vê-la de uma forma, os Anarquistas vão lembrá-la de outra. Os patrões vão buscar se apropriar dela ao decorrer dos anos, assim como os Governos. A Igreja também busca sua ação dentro desse dia, tentando afastar os trabalhadores da luta de classes. Fica perceptível que o Primeiro de Maio é um dia em que as diversas correntes ideológicas expressam suas divergências. Busco nessa pesquisa compreender a origem dessas divergências, entender como o Primeiro de Maio era visto no Brasil e em Sergipe pelos trabalhadores, patrões, governantes e religiosos. Para atingir esse objetivo estabelecemos uma metodologia que vai do todo para o específico, com base no método dialético, objetivando compreender as questões gerais que influenciavam a manifestação em relação ao dia, além das especificidades que o diferenciavam em diferentes localidades.

Na primeira seção, “Onde Tudo começou”, tratamos da origem do Primeiro de Maio, buscando explicitar a origem do movimento operário, fazendo uma retrospectiva histórica que vai desde o amadurecimento político da classe trabalhadora até a criação da II Internacional, passando pela I Internacional e pela Comuna de Paris, além dos eventos do Primeiro de Maio em Chicago. Na primeira parte da seção “O início de uma ação internacionalista”, como o seu próprio título propõe, trataremos do início e da consolidação da ação internacionalista no operariado europeu, demonstrando como a Primeira Internacional, ou a Associação Internacional dos Trabalhadores, e também a Comuna de Paris, contribuíram para a formação dessa ação internacionalista, tão importante para o início das mobilizações de Primeiro de Maio em todo mundo. A segunda parte, “Os Mártires de Chicago e a Origem do 1º de maio”, tratará da origem da data, como foram as mobilizações em Chicago marcadas para o dia 1º de maio do ano de 1886, e como seus desdobramentos relacionam-se com a ideologia anarquista de culto ao “Mártires de Chicago”, além de explicar como a data é exportada para a II Internacional. A terceira e última parte desse primeiro capítulo “A II Internacional e a consolidação do dia” esteve interessada em demonstrar como a II Internacional expandiu para vários países, através

da consolidação do pensamento Internacionalista, as manifestações de 1º de maio. É objeto dessa parte também a consolidação dos ritos do primeiro de maio, através de exemplos de como as correntes ideológicas buscaram expressar ou se apropriar desse dia e das suas manifestações.

A segunda seção focará na análise sobre a realidade brasileira, buscando compreender o contexto econômico, social e político do País durante o fim do século XIX e início do século XX. A primeira parte, “O processo de industrialização brasileiro”, tem o objetivo de compreender como se deu o desenvolvimento da indústria no Brasil, quando as primeiras indústrias surgiram, além de elencar as zonas mais dinâmicas e como as zonas mais periféricas tinham relevância. É uma análise importante para perceber como estava o terreno brasileiro no momento em que iniciaram as primeiras mobilizações de 1º de Maio na Europa. Na segunda parte, denominada “O Movimento Operário no Brasil”, trazemos informações sobre a organização operária em terras brasileiras, demonstrando as correntes existentes dentro do movimento operário. Como já explicitado, as correntes ideológicas possuíam visões diferentes sobre o movimento operário, e buscaremos explicitar quais correntes estavam presentes aqui no Brasil, quais eram as suas dinâmicas e suas zonas de influência. Em “O 1º de maio no Brasil” demonstraremos como foram expressadas as ações de 1º de maio pelo Brasil afora, demonstrando a criação de ritos influenciados pelas correntes ideológicas presentes em cada localidade, explicitando as disputas existentes entre elas.

A terceira seção é sobre o caso de Sergipe. É o momento em que são analisados os Jornais Sergipanos que tratavam do 1º de maio. Antes de tratar sobre as mobilizações no dia, porém, consideramos necessário versar, de maneira geral, sobre o processo de desenvolvimento industrial em Sergipe a partir de 1880, para analisar o ambiente em que se iniciaram as primeiras organizações de trabalhadores. A primeira parte, “O processo de industrialização e as primeiras fábricas” possui então esse objetivo. Já na segunda parte é analisada as formas de organização do operariado sergipano, buscando compreender como eles se organizavam, se manifestavam, resistiam as condições de vida. A partir dessas organizações ocorrem as primeiras manifestações de primeiro de maio, explicitadas na terceira parte “O 1º de maio em Sergipe”. Ao analisar as ações de Primeiro de Maio na Primeira República fez-se necessário levar em consideração todas essas questões elencadas até o momento. É preciso perceber a existência de diferentes correntes ideológicas que divergem em relação as expressões desse dia, além de perceber como a Igreja Católica, os governos e patrões buscam apropriar-se do dia. Compreender também que o grau de desenvolvimento industrial e o número de trabalhadores trazem consequências para a organização operária, fazendo com que ela seja mais ou menos

intensa. A tradição da população também precisa ser considerada, pois traz consequências para a visão de mundo e formas de expressão presentes no imaginário sergipano

As pesquisas relacionadas ao movimento operário em Sergipe são, de maneira geral, pouco frequentes. Alguns pesquisadores se debruçaram sobre o tema e fizeram contribuições importantíssimas sobre essa questão, porém, nos últimos anos, essa temática não é das mais presentes nas pesquisas. O interesse dessa pesquisa é amadurecer as ideias relacionadas ao 1º de Maio na Primeira República em Sergipe, tema inédito até então. Não tenho interesse, nem possibilidade, pela própria realidade da pesquisa de pequeno fôlego, de responder a todas as questões relacionadas ao tema. Buscarei contribuir um pouco, através dessa monografia, para o desenvolvimento de uma História do Movimento Operário em Sergipe.

2. ONDE TUDO COMEÇOU

O início de uma ação internacionalista

O movimento de trabalhadores como um todo possui uma História marcada por períodos de organização, refluxo e reorganização, instigado por discussões travadas pelas correntes ideológicas existentes no seio do movimento, sofrendo logicamente grande combate repressivo dos governos e da classe patronal e influenciados por contextos de maior ou menor dificuldades. Da Revolução Industrial até aproximadamente 1848, os trabalhadores europeus estavam construindo um amadurecimento político mais concreto internacionalmente. “Antes de 1848, em todos os países, a palavra socialismo tinha um sentido absolutamente inofensivo aos ouvidos do homem” (COGGIOLA, 2011, p. 165). Com a publicação do Manifesto do Partido Comunista, a revolução de 1848 na França e a ampliação cada vez maior das ideias revolucionárias e contestatórias pela Europa, o termo foi cada vez mais tomado corpo político ameaçador para a ordem capitalista.

A revolução proletária de junho daquele ano [1848], na França, carregou a palavra de um novo conteúdo. A elaboração de diversos sistemas socialistas, por parte de intelectuais e até de membros das classes dominantes, refletiu de um lado o abalo que a inédita miséria social criada pela transformação capitalista provocou na consciência dos elementos mais lúcidos e honestos da sociedade (COGGIOLA, 2011, p. 165).

O processo de efervescência política da classe exposto em 1848 durante as revoluções da Primavera dos Povos vai sofrer um abalo muito grande após o insucesso desses movimentos populares pela Europa. “O Movimento operário necessitou de quase dez anos para refazer-se do insucesso de 1848-1849” (RIAZANOV, 1984, p. 113). Durante esse período, a organização operária europeia passaria por um grande refluxo do ponto de vista organizacional. Na Inglaterra o movimento cartista, que possuía um grande destaque nas lutas operárias até então, sofreria uma queda organizativa muito grande. Na França as organizações de trabalhadores também sofreram com a repressão, crescendo as sociedades de mútuo socorro e as cooperativas, assim como na Alemanha.

Essa realidade começaria a mudar no fim da década de 1850, quando uma crise econômica atingiu a Europa nos anos de 1858-1859, fazendo com que o desemprego crescesse, salários diminuíssem e a carga de trabalho aumentasse. A Guerra de Secessão nos Estados

Unidos, que explodiu no ano de 1861, trouxe também uma grande dificuldade no abastecimento de algodão, com a consequente crise na indústria têxtil europeia. Trabalhadores foram atingidos diretamente, chegando a uma conclusão importante: o problema era internacional. O paradoxo é claro: nos momentos de crise econômica a classe trabalhadora se fortalece politicamente. Na França se consolidava uma classe trabalhadora bem diversificada, ocupada em vários setores da construção e influenciada por grandes pensadores como Proudhon e Blanqui. Na Inglaterra os *trade-unions* ganhavam grande espaço como liderança no enfrentamento da crise e como linha de frente nas greves (RIAZANOV, 1984).

A percepção da necessidade de uma organização internacional para o enfrentamento dessa crise começaram a ganhar corpo finalmente em 1863, quando ocorreu uma reunião em Londres, organizada principalmente por Franceses e Ingleses. A partir dessa reunião amadurecia o projeto de realização de uma assembleia, que ocorreu no dia 28 de setembro de 1864, em que, após discussões, os trabalhadores ali presentes decidiram que seria criada uma organização internacional com comissão central em Londres, buscando contato com todos países da Europa. Karl Marx estava nessa reunião como convidado e ingressou na organização como um dos redatores do manifesto inaugural. Estava encaminhada criação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT).

O primeiro Congresso da AIT foi realizado em Genebra no ano de 1866, após uma série de eventos organizativos. No Congresso discutiu-se as pautas internacionais e as principais divergências foram levantadas pelos franceses proudhonianos em relação as ideias de Marx, que não foi ao Congresso mas enviou diversas propostas. As principais polêmicas estavam relacionadas com greves, sindicatos, redução das horas, trabalho feminino e cooperativismo. Ao fim, foi fixado o programa geral e aprovadas algumas resoluções, destacando-se: 1º) O congresso considera a redução das horas de trabalho como o primeiro passo para a emancipação do proletariado. 2º) Como princípio, a labuta de oito horas deve ser considerada suficiente.

O Congresso de Genebra desempenhou um papel importante como instrumento de propaganda, todas as suas resoluções para estabelecer as reivindicações primordiais da classe operária, escrita quase exclusivamente por Marx, entraram no programa mínimo-prático de todos os partidos operários (RIAZANOV, 1984, p. 153).

Nos anos de 1867 e 1868 aconteceram mais dois Congressos, em Lausanne na Suíça, e em Bruxelas, na Bélgica. Esses dois Congressos foram importantes para alinhar cada vez mais a política da Internacional. Um dos temas de grande importância estava relacionado com a

crescente tensão militar entre Prússia e França, que foi repudiada pelo Congresso, afirmando que a guerra só servia ao sistema capitalista. Em relação a redução do tempo de trabalho, o tema voltaria a ser discutido, e a Associação orientava todas as sociedades operárias, em todas as partes, a lutar durante o ano de 1868 pela redução de uma hora de trabalho.

Em 1869, uma grande divergência apareceu dentro do quarto Congresso da AIT, pois o russo Mikail Bakunin ingressara nas fileiras da Internacional. Foi a partir da sua entrada que um grande debate surgiu no movimento operário mundial. Bakunin e seus seguidores discordavam de pontos da ideologia marxista, principalmente na questões relacionadas a disputa política institucional.

A corrente de Bakunin defendia a insurreição de todo o povo, pela livre organização das massas trabalhadoras “de baixo para cima”. A realização do "socialismo anti-autoritário", proposto pelos anarquistas, exigiria a prévia e completa ruptura com todas as formas de política burguesa. Na crítica dirigida por Bakunin ao “marxismo” (foram os anarquistas os que, de modo polêmico, criaram o depois célebre termo), predominante na Internacional, aquele atribuía sua concepção de revolução e a ideia de *ditadura do proletariado* a uma característica do temperamento do povo alemão, marcado pela "docilidade hereditária" e também pela "sede de domínio" (COGGIOLA, 2011, p. 170).

Esse início de discussões entre bakunistas e marxistas coincidiu com o início da Guerra Franco-prussiana, tão temida e discutida dentro da AIT. A Guerra, travada por Bismark e Napoleão III, vai fragilizar, de maneira intensa, a França. Foi nesse período de dificuldade que a classe trabalhadora se levantou. Com a derrota de Napoleão III, foi proclamada a II República Francesa. As ações dos republicanos de aproximação com os interesses de Bismark fez com que a população mais pobre da França se insurgisse contra a República. Era proclamada a Comuna de Paris, experiência considerada o primeiro governo de trabalhadores da História. Alguns membros da AIT estavam nos comitês e buscaram contribuir com o desenvolvimento das ações. Depois de três de meses de governo popular, a repressão foi violenta. Os republicanos se aliaram a Bismark, que concordou em libertar milhares de soldados franceses para combater os comunards. A Comuna foi derrotada, mas não sem luta. Milhares morreram ou se feriram gravemente.

A partir da derrota da Comuna de Paris, os trabalhadores organizados politicamente na Europa foram fortemente perseguidos, inclusive sendo considerado um crime na França o simples fato de ser filiado a Internacional. Nesse momento, todas as mobilizações na Europa tiveram um fim comum: grande e violenta repressão. A perseguição ao movimento operário e as divergências internas entre Anarquistas e Marxistas dentro do AIT fizeram com que a Associação perdesse força. Em 1872, a sede da Internacional foi transferida para Nova York e em 1873 foi declarado o seu fim.

Apesar da sua breve existência, a 1ª Internacional marcou o movimento de trabalhadores da Europa em vários aspectos. É extremamente importante perceber que os trabalhadores perceberam que, além de necessária, a organização internacional dos trabalhadores era possível. A Comuna de Paris marcou o imaginário desses trabalhadores, que viam na sua existência um incentivo para continuidade da luta. Esses acontecimentos inauguraram um pensamento e uma ação internacionalista de luta, inédito até então. Essa forma de ver a luta operária foi extremamente importante para a consolidação das manifestações do Primeiro de Maio, como veremos mais à frente.

Os Mártires de Chicago e a origem do 1º de maio

Até o momento nós vimos como o amadurecimento político da classe trabalhadora na Europa levou a uma maior organização internacional do movimento. Foi essa mentalidade internacional que levou as mobilizações do primeiro de maio para o resto do mundo. Considero relevante, então, nesse momento, explicar a origem do dia 1º de maio, e para isso é necessário voltarmos os olhos para os Estados Unidos da América.

O avanço do processo capitalista neste país, intensificado após o fim da Guerra Civil, aumentou a pressão por melhores condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, resultando em um processo de organização dos trabalhadores no país. Em um Congresso Operário realizado em Baltimore, no ano de 1869 (mesmo ano que ocorre o 1º Congresso da AIT em Genebra), foram discutidas algumas pautas de luta dos trabalhadores norte-americanos. Dentro dessas pautas, destacamos a questão das horas de trabalho.

A primeira e grande necessidade do presente, para libertar o trabalho desse país da escravidão capitalista, é a promulgação de uma lei em que oito horas devem constituir a jornada de trabalho normal em todos os estados da União norte americana. Nós estamos decididos a empenhar toda nossa força até que seja atingido esse glorioso resultado (DEL ROIO, 1998, p. 29).

Nesse contexto de Organização dos trabalhadores destacam-se duas importantes organizações, a Cavaleiros do Trabalho (*Knight of Labor*) fundada em 1869 e a Federação Americana do Trabalho (*American Federation of Labor - AFL*). A cidade de Chicago, localizada no estado de Illinois, nos Estados Unidos da América, era uma das cidades mais industrializadas no país durante os anos de 1880. Esta cidade, geralmente coberta pela fumaça proveniente das chaminés das fábricas, estava na vanguarda do capitalismo americano e tinha uma “burguesia opulenta, prepotente, racista e fanática religiosa” (DEL ROIO, 1998, p. 31). A realidade dos trabalhadores não era nada fácil, assim como em vários locais do mundo nesse momento, a jornada de trabalho chegava a dezesseis horas por dia, trabalhavam e viviam em péssimas condições.

Em 1884, a AFL realizou um Congresso nesta cidade, discutindo a pauta da redução do tempo de trabalho. O Secretário da Associação Frank K. Foster demonstrou a falta de crença na atuação do governo em aprovar alguma lei que garantisse 8 horas de trabalho, afirmando que a pressão deveria ser exercida diretamente sobre os patrões. O discurso ganhou adeptos e a proposta feita pelo líder marceneiro Gabriel Edmonston foi aprovada. A partir dela os trabalhadores deveriam considerar como normal a jornada de 8 horas diárias e automaticamente abandonar as fábricas quando completassem o período. Era uma ação radical e que cobraria muita coragem dos trabalhadores. Dentro das discussões, a data para o início dessa ação foi decidida: 1º de maio de 1886. Tradicionalmente esse era o dia em que era realizada a renovação de contratos de trabalho e moradia nos EUA, o que o motivou a sua escolha. Seria um ano e meio de preparação para as ações que visavam pressionar os patrões a assinar os novos contratos de trabalho com a carga horária de 8 horas diárias. A AFL e os Cavaleiros do Trabalho começaram a mobilizar trabalhadores em todo território nacional.

A aproximação da data fazia com que a tensão aumentasse, vários jornais comerciais da cidade de Chicago começavam a expor sua mentalidade aristocrática e elitista: “A prisão e o trabalho forçado são a única solução possível para a questão social”, afirmava o jornal *Chicago Times*. “O único jeito de curar os trabalhadores do orgulho é reduzi-los a máquinas humanas e o melhor alimento que os grevistas podem ter é chumbo”, afirmava em outra nota o mesmo jornal (DEL ROIO, 1998, p. 31).

A cidade, marcada pelo elitismo e por um grande poder econômico e político da burguesia, era também o centro do Anarquismo nos Estados Unidos. Muitas lideranças influentes se destacavam, como August Spies e Michael Schwab, diretores de dois jornais operários importantes, *Arbeiter Zeitung* (Jornal do Trabalhador) e *Verboten* (Proibido),

respectivamente, ambos escritos em alemão. Nesse momento era grande o número de trabalhadores estrangeiros de várias nacionalidades vivendo nos EUA, inclusive germânicos. Também existiam lideranças sindicais, como Albert Parsons, diretor do jornal *Alarm*, esse escrito em inglês.

No dia planejado, 1º de maio de 1886, um sábado em que o clima em Chicago era de apreensão, a maioria das fábricas estavam paralisadas, assim como o comércio e transportes. Tudo muito parado, até que surgiu uma grande passeata, liderada por Parsons ao lado de sua esposa e sua filha de sete anos, lado a lado com os dirigentes da AFL e dos Cavaleiros do Trabalho. Uma pluralidade de nacionalidades unidas, marchavam pacificamente pela redução da carga horária de trabalho. Ao fim um ardente comício na praça Haymarket, enquanto a Guarda Nacional e o grupo paramilitar “Defensores da Ordem” assistiam a tudo. O fim da passeata foi pacífico, mas os patrões não permitiriam que apenas a passeata trouxesse ganhos concretos, e diversas fábricas continuariam em greve na segunda-feira, dia 3. Na fábrica McCormick Harvester, um movimento grevista se iniciou entre os trabalhadores, e a polícia foi chamada pelos patrões para agir. Conflitos foram iniciados após os disparos da polícia, que mataram seis trabalhadores e deixaram mais cinco feridos, além de várias prisões. As mortes dos trabalhadores abalariam o movimento. Spies, que estava no local das mortes, conclamou para a realização de uma concentração na mesma praça do sábado, a Haymarket. Os jornais operários denunciaram o massacre, e o *Arbeiter Zeitung* afirma “A Guerra de classes começou... quem pode negar que os tigres que nos governam estão ávidos do sangue dos trabalhadores... melhor a morte que a miséria...”. Atendendo ao chamado, trabalhadores se reuniram novamente na praça, antes palco da grande passeata, e que testemunhava a tristeza e o luto pelos trabalhadores mortos. Ao fim dos comícios liderados por Parsons, Spies e Sam Fielden, os trabalhadores começavam a se dispersar quando a polícia chegou atacando com violência. Foi nesse momento que uma bomba explodiu no meio dos policiais e muitos caíram mortos ou feridos. Reforços policiais chegaram e atiraram para todos os lados, centenas caíram, inclusive crianças que acompanhavam seus pais ao comício. Foi sem dúvida, uma carnificina, o massacre da Praça Haymarket. O governo decretou estado de sítio, proibindo qualquer manifestação de rua. Vários grupos contratados pelos patrões começaram a invadir casas e quebrar os poucos bens dos trabalhadores, além de agredi-los (DEL ROIO, 1998, p. 32).

Logicamente, as lideranças patronais e políticas não iriam deixar passar sem responsabilizar as lideranças dos trabalhadores. Foi a oportunidade perfeita para criminalizar quem estava incomodando a muito tempo. Antes mesmo dos eventos decorrentes do dia 1º de

maio vários jornais da elite já faziam campanha aberta contra Spies e Parsons. O Jornal *Mail* (Correio) publicou uma nota afirmando que “Circulam livremente nessa cidade dois perigosos cafajestes, dois canalhas que querem criar desordens. Um deles se chama Spies, o outro Parsons... Vigiai-os, segui-os; considerai-os responsáveis se acontecer alguma coisa. E se algo suceder, eles que paguem por isso” (DEL ROIO, 1998, p. 31).

Foi com esse pensamento que a justiça começou os seus trabalhos. August Spies, Sam Fielden, Oscar Neeb, Adolf Fischer, Michael Schwab, Louis Lingg e Georg Engel foram levados a juízo. Albert Parsons se apresentou no primeiro dia de julgamento, dia 21 de junho de 1886, afirmando que queria ser processado junto de seus companheiros.

A farsa desenrola-se rapidamente. Provas e testemunhas são inventadas. O verdadeiro sentido desse tribunal é revelado nas palavras de um dos jurados: “que sejam enforcados. São homens demais desenvolvidos, demais inteligentes, demais perigosos para os nossos privilégios” (DEL ROIO, 1998, p. 33).

No dia 9 de outubro a sentença foi divulgada, condenando à morte Parsons, Engel, Fischer, Lingg e Spies. Fielden e Schwab foram condenados à prisão perpétua. Um mês e dois dias depois, dia 11 de novembro, os condenados são executados na forca, com exceção de Lingg, que cometeu suicídio na prisão. As mortes desses homens inspiraram e inspiram a luta de vários trabalhadores ao redor do mundo. As últimas palavras de Spies foram realmente verdadeiras, quando ele afirmou que “o nosso silêncio será muito mais potente do que as vozes que vocês estrangulam” (DEL ROIO, 1998, p. 35).

Após os trágicos eventos de 1886, a AFL realizou novo congresso em 1888, fazendo um balanço dos dois últimos anos e partindo da necessidade de expandir a dura conquista das oito horas de trabalho para quem ainda não tinha conseguido, os membros da Federação aprovaram uma nova greve geral para o dia 1ª de maio, marcada para dali a um ano e meio, em 1890. Mal sabiam eles que estavam lançando as bases para o Internacional Primeiro de Maio.

A II Internacional e a consolidação do dia

O movimento de trabalhadores na Europa, que passou por um processo de enfraquecimento após a grande repressão e fragmentação interna desde a Comuna de Paris, voltou a se organizar. Dentro desse processo de reorganização, amadurecia novamente a ideia de uma nova reunião internacional. No ano de 1889 (ano do centenário da Revolução Francesa) aconteceu o Congresso Internacional de Paris, fundador da conhecida Segunda Internacional.

O Congresso, com grande influência marxista e tendo em Friedrich Engels sua principal figura (Marx já havia falecido em 1883), contou com 391 delegados de 17 países e observadores de mais outros três.

Foi nesse Congresso que o Primeiro de Maio tomou proporções internacionais. A pauta pela redução do horário de trabalho voltava a ser discutida, e na votação da plenária final foi proposta a seguinte resolução:

Será organizada uma grande manifestação internacional com data fixa, de maneira que em todos os países e cidades, ao mesmo tempo, os trabalhadores imponham aos poderes públicos a redução legal a jornada de trabalho a oito horas e a aplicação das outras resoluções do Congresso Internacional de Paris (DEL ROIO, 1998, p. 37).

Ela foi aprovada com a seguinte estratégia:

Considerando que uma manifestação similar já havia sido marcada para o 1º de maio de 1890, pela American Federation of Labor, no congresso de dezembro de 1888, o qual se desenrolou em Saint Louis, tal data é adotada para o evento internacional (DEL ROIO, 1998, p. 38).

Os trabalhadores ali reunidos ainda aprovaram que as formas de manifestação no 1º de maio de 1890 deveria levar em consideração a realidade de cada localização, ficando a cargo dos organizadores ponderar as possibilidades e condições específicas. Percebe-se uma tentativa de conciliar as realidades e aproveitar a existência da mobilização nos EUA. Era lógico que uma ação desse porte seria desafiadora, mas para os delegados do congresso, era possível cada país, dentro da sua realidade, promover alguma ação que pudesse ficar marcada na realidade local.

O momento escolhido para as ações eram muito favoráveis. “O primeiro de maio coincidiu com um avanço triunfante da força e da confiança operária em inúmeros países” (HOBBSAWM, 1998, p. 172). Como exemplo desse aumento de força dos operários, podemos perceber a vitória do partido social democrata alemão nas eleições de 1890, após anos de ilegalidade durante a lei antissocialista de Bismark. Também foi muito importante a explosão do Novo Sindicalismo na Grã-Bretanha, após a Greve das Docas em 1889. Foi dentro desse contexto que chegou o ano de 1890, planejado para os eventos do primeiro 1º de maio Internacional. Como foi aprovado pelo próprio Congresso de Paris, cada país começou a planejar o seu evento de maneira específica para a sua realidade.

Na Alemanha, a esperança de um grande evento era enorme, por conta da vitória do Partido Social Democrata nas últimas eleições, o qual era filiado à Internacional. Mas o pensamento das lideranças locais do Partido era de ponderação e calma. Os recém saídos da ilegalidade estavam evitando grandes atritos e conflitos. Mesmo com todo esse receio, o Partido Social Democrata afirmou, ainda com alguma frieza, que iriam ter manifestações de trabalhadores no Primeiro de Maio de 1890. No momento em que começaram a ser organizadas reuniões locais para planejar as ações surgiu uma polêmica. O Primeiro de maio de 1890 é uma quinta-feira, dia de trabalho normal. Os organizadores então levaram a discussão para as lideranças, e o Partido Social Democrata decretou que se suspendesse o trabalho onde fosse possível, sem evitar atritos. Logicamente isso era muito difícil, pois a tensão na Alemanha era muito grande. Nesse sentido então aconteceram diversas mobilizações em todo país, algumas no dia Primeiro de Maio, quinta-feira, outras no dia quatro de maio, domingo. Após os atos, a reação dos patronal foi grande, demitindo muitos trabalhadores que paralisaram as atividades. Depois de muita luta e negociação, muitos trabalhadores conseguiram reconquistar seu emprego e, por fim, o movimento surtiu um efeito positivo, pois demonstrava a união dos trabalhadores e o seu poder de pressão.

Na Inglaterra, a discussão sobre a suspensão do trabalho na quinta-feira também foi central. Muitos Sindicatos e organizações operárias estavam lideradas por setores moderados, que não tinham o interesse em radicalizar o evento, com o receio de serem prejudicados por um ato de um dia. Diferente da Alemanha, as alas mais combativas lideradas por Eleanor Marx e Edward Aveling resolveram se unir aos moderados e definiram o dia quatro, domingo, como o dia das mobilizações. Apesar da não paralisação do trabalho, o evento realizado no Hyde Park em Londres é considerado grandioso. Engels, em carta enviada ao dirigente socialista August Babel, afirma que:

A concentração do dia 4 de maio foi verdadeiramente gigantesca e toda imprensa burguesa foi obrigada a admitir. Eu estava na tribuna número quatro – um grande carro de transporte- e conseguia ver somente uma parte da multidão, mas até onde os meus olhos chegavam havia um mar de cabeças. Entre 250 e 300 mil pessoas, das quais três quartos eram trabalhadores (DEL ROIO, 1998, p. 38).

Na Áustria, houveram grandes mobilizações, chegando a ser dito por Engels que no continente foi lá “que comemorou essa festa da maneira mais adequada e esplêndida” (HOBSBAWM, 1998, p. 173), pois a marcha em Viena contou com aproximadamente 150 mil

peessoas. Em Copenhague, cerca de 40% da população trabalhadora foi à ruas. Na França os eventos ocorreram sob estado de Sítio, pois o governo francês temia o surgimento de uma nova Comuna. Em suas colônias, Argélia e Tunísia, os atos foram reprimidos. Em vários outros países europeus, como Suíça, Bélgica, Suécia, Dinamarca, Noruega e Portugal, ocorreram reuniões, assembleias, marchas e festas, sem grandes conflitos com forças do governo ou patrões. Na Itália ocorreram atos com sérios conflitos, enquanto na Rússia a repressão bloqueou vários atos, com exceção de Varsóvia que conseguiu realizar mobilizações. Na Espanha anarquistas e socialistas conseguiram realizar as mobilizações de maneira unificada e foi digna de nota, inclusive foram os espanhóis os primeiros a propor a repetição das mobilizações para os próximos anos.

Na América Latina apenas Argentina, Cuba e México fizeram mobilizações. No país platino as divergências entre anarquistas e socialistas dificultaram uma ação conjunta, sendo marcada apenas por diversas assembleias. No México houveram muitas mobilizações conjuntas entre trabalhadores mexicanos e europeus. A ação de maior destaque aconteceu em Havana, capital da ainda colônia espanhola, Cuba. Muitos líderes anarquistas se destacavam na luta pela redução das horas de trabalho e contra a discriminação sofrida pelos trabalhadores negros.

Nos EUA, o país cuja data foi exportada para as mobilizações internacionais, a ação não foi tão destacada. É percebida uma enorme desunião entre as organizações, pois o sindicalismo norte americano se afastava cada vez mais das ideias socialistas da Internacional e os seus membros realizaram ato separado dos demais. O primeiro de maio no país foi cada vez mais se enfraquecendo e dando espaço ao Labor Day, comemorado na primeira segunda-feira de setembro de todo ano, até os dias atuais.

Apesar das dificuldades encontradas em alguns países as mobilizações do primeiro de maio são muito comemoradas pelos delegados da Internacional. Após os eventos de 1890, muitas lideranças já sinalizavam a vontade de repetir as ações para o próximo ano. O Partido Espanhol, entusiasmado com o sucesso do evento, decide em seu encontro no ano de 1890 que “em todos os 1º de maio o partido organizará movimentos para reclamar dos poderes públicos a legislação protetora do trabalho, elaborada no congresso de Paris” (DEL ROIO, 1998, p. 42). Os movimentos escandinavos, assim como os espanhóis, também demonstraram essa vontade, e foram ainda mais fundo quando afirmaram que o movimento seria melhor “especialmente se combinada com uma suspensão do trabalho, e não apenas com simples expressão de opinião” (HOBBSAWM, 1998, p. 175).

Em 1891, no II Congresso da 2ª Internacional, realizado em Bruxelas, os delegados se reuniram e ao fazer um balanço dos acontecimentos anteriores, os eventos do primeiro de maio entraram na pauta. Os vários apelos pela repetição das manifestações encontram respostas positivas. Nesse sentido, foi aprovada a resolução para tornar permanente em todos os anos as mobilizações, marcada no calendário como “festa dos trabalhadores de todos os países, durante a qual proletariado deve manifestar os objetivos comuns de suas reivindicações, bem como a sua solidariedade” (DEL ROIO, 1998, p. 43). Além da aprovação, outras duas questões entraram na pauta oficial de reivindicações, junto a jornada de 8 horas de trabalho, a legislação do trabalho e a luta contra a guerra. Ficou uma ressalva também em relação ao dia da manifestação, pois a Internacional insistiu para que fosse realizada uma única ação mundial no primeiro dia do mês, porém deixava em aberto a ressalva para que se isso não fosse possível em algum país, que se realizasse em qualquer dia da primeira semana de maio.

Após a aprovação da resolução, ficou perceptível a ideia dos líderes da Internacional de que a mobilização deveria ser feita em tom de festa. Eles falavam em “festa dos trabalhadores” e em “comemorar o primeiro de maio”. Os anarquistas opunham-se firmemente contra a ideia de festividade. Para eles, o primeiro de maio era antes de tudo um dia de luto e de luta, em memória aos militantes mortos em Chicago. Eles prefeririam “que ela se ampliasse de um único dia de lazer arrancado aos capitalistas para uma grande greve geral que subvertesse todo o sistema” (HOBSBAWM, 1998, p. 176). Esse debate sobre as representações do primeiro de maio vão estar presentes em todo o mundo, inclusive no Brasil, onde o movimento anarquista possuía representações no início do século XX.

Os líderes da Internacional podem muito bem ter decidido deliberadamente a transformação do Primeiro de Maio em uma festa, pois eles “certamente desejavam evitar a tática de confronto dos anarquistas e, é claro, também eram favoráveis a uma base o mais ampla possível para as comemorações” (HOBSBAWM, 1998, p. 177). Mas é importante ressaltar uma questão muito importante. O mês de maio, dentro do imaginário europeu, não era um mês comum. Ele era marcado tradicionalmente pelas festividades em homenagem à primavera.

O 1º de maio entre os antigos romanos era a solenidade das deusas flora e maia, ou seja, os folguedos das flores e cereais e o anúncio do auge da primavera na Europa. Era um dia em que se suspendia até mesmo o trabalho dos escravos. Essa tradição de alegria e contato com a natureza, que ressurgiu a cada ano, subsistiu em toda a Idade Média, principalmente entre os camponeses. Não podemos esquecer que a maior parte da classe operária que

se formava tinha origem no campo e trazia dentro de si costumes mais arraigados de seus antepassados. Talvez isso explique por que desde o início esse dia esteve ligado ao conceito de festa (DEL ROIO, 1998, p. 39).

Essa influência da tradição europeia é perceptível nas iconografias. Os jornais que noticiavam o 1º de maio, surgiam cheio de flores decorando as passeatas dos trabalhadores. “As flores surgem sem nenhum constrangimento em volta dos retratos formais dos sete delegados austríacos ao Congresso Internacional de 1889, distribuídos no Primeiro de Maio de Viena” (HOBBSAWM, 1998, p. 177). Outra tradição que se misturava ao primeiro de maio era relacionada a religiosidade cristã. Na Itália muitos socialistas faziam associações da *festa del lavoro* com a páscoa, usando a expressão “Páscoa dos Trabalhadores”. Isso teria um apelo importante no imaginário dos trabalhadores marcados fortemente pela religião católica na Itália.

Com a publicação da Encíclica *Rerum Novarum*, em 1891, a Igreja católica lançaria as bases da sua ideologia social, apontando críticas ao socialismo e ao anarquismo, defendendo a propriedade privada e a aliança entre capital e trabalho. Os católicos iriam buscar também se apropriar do 1º de maio, através das festas do mês de Maria, da passeatas com a imagem de São José Operário e de exaltações da união entre patrões e empregados.

Percebe-se que o Primeiro de Maio foi marcado durante o séculos XIX e XX por diversas formas de representação, relacionadas com diversas correntes ideológicas que justificavam, através das suas concepções, como deveriam ocorrer os eventos deste dia. Ficam claras as divergências entre socialistas, anarquista, reformistas, católicos, além de governos e patrões que buscavam apropriar-se do dia. Essas concepções resultaram em formas diferentes de expressão, consolidando ritos recorrentes, como veremos mais à frente em relação ao Brasil e Sergipe.

3. O PRIMEIRO DE MAIO NO BRASIL

O processo da industrialização brasileira

A realidade econômica de um país possui ligação direta com os movimentos de trabalhadores que possam ocorrer naquela localidade. Nesse sentido é importante fazer uma análise de como estava estruturada a economia brasileira antes e durante o início das mobilizações de 1º de maio pelo mundo. Enquanto em meados do século XIX a classe trabalhadora europeia amadurecia sua política internacional, no Brasil a industrialização ainda dava seus primeiros passos. As primeiras indústrias começaram a surgir a partir de 1840. As primeiras fábricas surgidas durante início do século XIX eram estabelecimentos de “pequeno porte e tiveram no geral vida efêmera” (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 23).

A população no Brasil no início do século XIX era de aproximadamente 3 milhões de habitantes, dos quais 1 milhão eram escravizados. Esse contexto dificultava o desenvolvimento das relações de consumo capitalista. Além disso, as leis também limitavam o desenvolvimento de uma indústria nacional. Inicialmente por proibir a existência de indústrias no Brasil, posteriormente pela redução de impostos para Inglaterra, fazendo com que fosse praticamente impossível a indústria nacional concorrer com os produtos ingleses.

As fábricas de grande porte eram raras, existindo uma grande quantidade de pequenas oficinas. “O aparecimento de algumas fábricas no interior da sociedade escravista brasileira, na década de 1840, não significava, em absoluto, que esses fatos primeiros estivessem prestes a se generalizar” (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 23). Em 1850 o país contava com apenas 50 estabelecimentos industriais, entre salineiras, fábricas de produtos alimentares, de caixas e caixões, de produtos químicos e pequenas metalurgias. Em 1866 o país todo contava com apenas 9 fábricas de tecidos, enquanto no mesmo período era possível encontrar 1000 estabelecimentos desse gênero nos Estados Unidos, por exemplo.

Até 1850, os ritmos das transformações por que passava a sociedade brasileira eram bastante lentos. A vida econômica estava quase estagnada. “As cidades contavam com apenas uma pequena proporção da população. Eram pacatas e provincianas, construídas de casas de taipa ao longo de ruas lamacentas, sem iluminação, onde mulas de carga e escravos tropeçavam sobre porcos e galinhas” (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 40).

Foi a partir do final da década de 1880 que o Brasil passou por um processo de urbanização inédito em sua história. Alguns elementos fizeram com que essa questão se

tornasse realidade. O fim da escravidão fez com que o trabalho assalariado fosse necessário, alavancando as condições para uma produção industrial e um consumo por parte da população. A proclamação da república trouxe uma considerável influência positivista, que via no desenvolvimento industrial uma chave para o progresso. A acumulação de capital realizada pela burguesia cafeeira resulta em alguns investimentos em fábricas, estradas de ferro, portos. O interesse do capitalismo internacional imperialista pelo Brasil começa a crescer nesse momento, sendo financiadas indústrias e instalados bancos internacionais. Esses elementos em conjunto intensificam o processo de desenvolvimento capitalista no país.

A economia brasileira, que começara um lento processo de transformações a partir da abolição do tráfico de escravos em 1850, modifica-se ainda mais após a Guerra do Paraguai. As exportações do café haviam criado um superávit em nossa balança comercial, possibilitando uma acumulação de capital nas mãos dos fazendeiros paulistas. As ferrovias modernizaram os transportes, aproximando populações até então isoladas, favorecendo a ampliação do mercado interno (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 44).

No ano de 1880 existiam 150 estabelecimentos industriais, esse número sobe para 636 em todo o país no ano da Proclamação da República. Entre 1890 e 1895 foram criadas 425 fábricas e isso se aliava a uma política alfandegária de protecionismo industrial por parte do governo Federal. Totalizavam 1061 indústrias e oficinas em 1895. A partir desse momento esse processo se intensificou ainda mais. De 1907 até 1920 o número de operários passou de 149 mil para 275 mil, crescimento de quase 90% em 13 anos, além dos estabelecimentos industriais ou oficinas que passaram de 3.258 para 13.336 em 1920, demonstrando uma tendência de crescimento contínua. É possível perceber esse crescimento quando analisamos os números de habitantes das cidades do Rio de Janeiro, que passou de 691.565 habitantes em 1890 para 1.157.873 em 1920, e de São Paulo, que passou de 64.934 para 579.033 no mesmo intervalo de tempo (PRADO JUNIOR, 1998, p. 197).

Apesar de ser perceptível esse crescimento urbano e industrial no Brasil, é importante ressaltar que esse processo não resultou em uma mudança radical na característica da economia brasileira, predominantemente agrária. “A produção industrial respondia por cerca de 5% da população empregada no país em 1872, chegando a 13,8% da população empregada em 1920”. (BADARÓ, 1996, p. 8). Nesse sentido, é necessários, olharmos o movimento operário Brasileiro a partir dessa realidade, buscando fugir do risco de superestimá-lo.

Outra característica importante a ser levada em consideração é que o desenvolvimento industrial no Brasil foi desigual. Percebe-se que a grande maioria das fábricas e da população urbana concentrava-se nos estados do sul e sudeste, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto os outros estados contavam com pequenas fábricas voltadas para atividades de destaque regional e principalmente indústrias têxteis, com uma população bem menor e o número de operários e habitantes urbanos pequena em relação aos grandes centros.

Centros Industriais	Número de Operários em 1907	Número de Operários em 1920	Peso específico em 1907	Peso Específico em 1920
País Inteiro	151 845	279 006	100%	100%
São Paulo	22 355	85 466	14,7%	28,8%
Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro	47 004	73 023	31,0%	24,6%
Rio Grande do Sul	15 426	24 661	10,2%	8,3%
Minas Gerais	9 307	18 848	6,1 %	6,3%

(REZENDE, 1986, p.16)

Como demonstra a tabela, as regiões sul e sudeste eram responsáveis por 62% do número total de operários no Brasil no ano de 1907, chegando a 68% no ano de 1920. É perceptível também o crescimento no número de operários durante os anos. Uma boa explicação para esse grande crescimento foi a intensificação da produção industrial ocorrida durante a Primeira Guerra Mundial. No período de 1915 a 1917 foram ser criadas 5 936 novas indústrias no país, muito por conta dos problemas que a Europa passava no período da Primeira Grande Guerra, incentivando, de forma indireta, o crescimento industrial brasileiro.

Apesar de ter a sua zona mais dinâmica e industrializada situada no sudeste, isso não quer dizer que não houveram indústrias nos outros estados e regiões do Brasil. Muitos estudos atualmente se preocupam com a realidade nesses estados periféricos. Durante a primeira República vale ressaltar a existência de industrialização consistente no estado de Pernambuco, onde inclusive “algumas fábricas de Recife já tinham dimensões consideráveis em 1919” (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 288). No Rio Grande do Sul destaque para a diversificação da indústria desde o ano de 1907: têxtil, chapéus, calçados, moveis, conserva de carne e peixe, sabão e velas, banha, metalurgia, cerveja e fumo. A indústria do sal no Rio Grande do Norte e no Ceará, as serrarias e carpintarias no Paraná, a fabricação de laticínios em Minas Gerais, além de uma existência quase que unânime de indústrias têxteis em praticamente

todas as capitais dos estados. Isso demonstra que eram regiões relevantes e que possuíam características próprias.

De modo geral, o processo de desenvolvimento da industrialização brasileira foi relativamente tardio em relação ao europeu e norte-americano, sofrendo uma intensificação principalmente a partir de 1888. Além disso, ele foi consideravelmente desigual, marcado pela existência de uma região mais dinâmica e industrializada, a sudeste, e várias regiões onde era notável a existência de indústrias, porém de uma intensidade e dinamismo menor. Essas características precisam ser levadas em consideração quando tratamos de movimento operário, pois elas influenciaram a realidade dos trabalhadores e a forma como eles se organizaram em cada localidade.

O Movimento Operário Brasileiro

O desenvolvimento tardio e desigual das indústrias no Brasil durante a Primeira República não resulta na inexistência de movimento operário. O movimento operário brasileiro tem uma dinâmica complexa perceptível em todo o território e mais intensificada na região sudeste. As suas características se modificaram e amadureceram enquanto coletividade ao decorrer dos anos, relacionando-se com transformações sociais que ocorriam no país. O movimento operário no país, longe de ter um desenvolvimento linear, ele se desenvolve em uma “longe série de altos e baixos, onde movimentos de grande envergadura são sucedidos por períodos mais ou menos longos de refluxo” (HARDMAN E LEONARDI, 1982, p. 126).

A partir da sua origem, principalmente após 1890, a ação do operário brasileiro reflete boa parte da complexidade ideológica e organizatória de seu congênere europeu. Falamos aqui em influência de qualidade, não de quantidade: da existência de várias ideologias e organizações sindicais e partidárias, não que o movimento operário brasileiro seja extenso e importante como o do velho continente (CARONE 1984, p. 5).

Antes mesmo de um desenvolvimento político do movimento de trabalhadores, existiam as sociedades de socorro mútuo, que foram as primeiras formas de organização dos trabalhadores no Brasil. Em vários estados do país essas sociedades existiram, “bastaria citar, por exemplo, a Imperial Sociedade de Artistas, mecânicos e liberais, em Recife, ou a Associação Tipográfica Fluminense, fundada em 1853, no Rio de Janeiro” (RESENDE, 1986, p. 9). Essas sociedades na grande maioria das vezes não possuíam cunho político, buscavam a solidariedade entre os associados, que pagavam cotas para serem contemplados em momentos

de dificuldade, como acidentes ou mortes. A partir dessas associações, “o proletariado dava início, assim, ao longo e lento processo de sua formação como classe” (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 118).

O primeiro desafio político dos trabalhadores no Brasil estava relacionado com a autoafirmação enquanto trabalhador. O fim da utilização oficial da mão de obra escrava no Brasil foi decretado apenas em 1888. A cultura geral da população via o trabalho braçal como indigno. A luta para “construir uma identidade de classe para os trabalhadores esbarrava na imagem negativa do trabalho” (BADARO, 1996, p.5). Nesse sentido é que os primeiros militantes do movimento operário viam na valorização do trabalho uma condição primária para que os trabalhadores se valorizassem enquanto membros de uma coletividade e pudessem lutar por melhorias na sua vida. Vários poemas e textos jornais buscavam valorizar o trabalho ou o “ser operário” podem ser percebidos nesse primeiro momento do movimento operário nacional e compreendidos a partir dessa constatação.

O movimento operário brasileiro, assim como o processo de industrialização no país, foi desenvolvido de maneira diferente nas diversas regiões. Onde a industrialização teve uma maior dinâmica, assim aconteceu com o movimento operário. Isso não quer dizer, logicamente, que não existiram organizações operárias em outros estados para além do sudeste. Vários estudos, atualmente, demonstram que existiram várias organizações de trabalhadores e ações operárias pelo Brasil afora. Nesse sentido é válido tratar especificamente cada realidade. Inicialmente trataremos da área mais dinâmica do movimento.

No ano de 1890 já temos notícias da criação de um partido de trabalhadores, na cidade do Rio de Janeiro. Foi o Partido Operário. Esse partido existiria nominalmente até 1892, e já demonstra a existência de trabalhadores no Brasil, buscando a organização da luta, exatamente no mesmo ano em que ocorrem os primeiros eventos do primeiro de Maio por toda Europa. Destaca-se também, antes mesmo do Partido Operário, a criação do Círculo Socialista, em Santos, fundado pelo sergipano Silvério Fontes, em 1889. “Por menores que tenham sido esses partidos na década de 1890, alguns dos quais de vida efêmera; por mais contraditórios que tenham sido seus programas, sua simples existência indica que o movimento dera um passo adiante” (HARDMAN, LEONARDI, 1982 p. 242).

Esses primeiros partidos, com criação entre 1890 e 1906, receberam grande influência socialista, de maneira geral, inclusive mantendo contato e recebendo influências da II Internacional. Suas lideranças buscavam unidades de organização, pois possuíam vida política

em separadas em regiões restritas. Essa tentativa de unificação resultou no Congresso Operário de 1892, que terminou com um programa definido e a criação do Partido Operário do Brasil. De vida efêmera, teve diversas dificuldades para se organizar, porém o seu programa já demonstra uma maturidade política presente no operariado nacional, podendo ser considerados partidos operários sociais-democratas, vinculados inclusive a política da II Internacional. Destacam-se também algumas correspondências trocadas entre operários brasileiros e membros do comitê da II Internacional na Europa, demonstrando que apesar do internacionalismo não ser tão intenso no Brasil nesse período, ele estava presente.

Rio de Janeiro e São Paulo, como já vimos anteriormente, eram as regiões mais industrializadas, e nesses dois estados foi marcante a existência de um grande número de imigrantes, em sua maioria italianos, espanhóis e portugueses. Esses imigrantes trazem consigo uma grande influência do movimento anarquista existente na Itália e na Espanha, principalmente. A existência dessa influência é de extrema importância para compreendermos como o anarquismo se torna a corrente que hegemoniza as lideranças operárias durante as primeiras décadas do século XX, principalmente após o ano de 1906.

O número de grupos anarquistas aumentou a partir do início do século XX, tornando-se o anarco-sindicalismo majoritário no conjunto do movimento operário de certas regiões ou cidades, nos anos seguintes, principalmente no estado de São Paulo. Porém a social-democracia ainda sobreviveria durante vários anos (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 255).

No Congresso Operário de 1906, realizado no Rio de Janeiro, fica clara a vitória das teses anarcossindicalistas dentro do movimento. Foi adotada pelo congresso a forma de organização federativa, além de negar a participação em partidos políticos e valorizar o poder dos sindicatos enquanto instituições de ação direta. Foram os anarquistas a ponta de lança nos acontecimentos de maior intensidade durante os anos de 1910 a 1920, principalmente relacionadas as greves e enfrentamento direto com as forças policiais. Em 1913 ocorre mais um Congresso operário, em meio a ampliação da Lei Adolfo Gordo, que intensificava a expulsão de imigrantes do país. Mais uma vez as teses anarquistas saíram vitoriosas.

Entre os anos de 1917 a 1920, o movimento operário nos grandes centros teve o seu momentos de maior intensidade. As greves de 1917 e 1919 em São Paulo e Rio de Janeiro expôs uma radicalização crescente, marcada pela consolidação da liderança do movimento anarcossindicalista. Essas greves sacudiram a sociedade paulista e carioca, e foi nesse momento que ocorreram, inclusive, grandiosas manifestações do 1º de maio, como veremos.

Além da presença das correntes socialistas, reformistas e anarquistas, é relevante para a discussão a existência do chamado “Sindicalismo Cristão”. A Igreja também buscou influenciar a realidade dos trabalhadores, através das sementes brotadas a partir da encíclica *Rerum Novarum*. Seus objetivos eram aumentar o controle dos patrões sobre os operários e afastá-los de uma forma de organização combativa.

Embora detivesse a hegemonia dentro do movimento, o anarcossindicalismo não estava sozinho. Além dos socialistas, com sua estratégia reformista, o sindicalismo cristão se fez presente com suas propostas, que tiveram o industrial pernambucano Carlos Alberto Menezes como porta-voz mais atuante nesse período (REZENDE, 1986, p. 13).

O movimento operário em outros estados brasileiros, mesmo não sendo as regiões maior industrialização, também se faz presente. Vários Centros Operários se organizam por diversos estados, além de partidos operários e socialistas. Marcando presença também membros do Sindicalismo Cristão em Pernambuco, por exemplo. No Segundo Congresso Socialista Brasileiro, realizado em 1902, que buscava a criação do Partido Socialista Brasileiro, estiveram presentes delegados de diversos estados fora do eixo Rio-São Paulo, como por exemplo Rio Grande do Sul, Paraná, Paraíba, Bahia, Pernambuco e Pará, inclusive estando presente o sergipano Silvério Fontes. É válido destacar também inúmeras notícias de greves ocorridas por vários estados do país durante o período de 1890 a 1900 (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 253).

Em várias regiões as ações dos operários e suas ideias são marcadas por um certo hibridismo, marcado inclusive por passagens confusas, do ponto de vista ideológico, em algumas notas de jornais. Muitos militantes se autoproclamavam anarquistas, socialistas ou comunistas, sem que isso significasse um maior aprofundamento ou um purismo em relação as suas ideias. Percebe-se que o movimento operário tem sua própria dinâmica, marcada por influências diversas, como as ideias vindas da Europa de correntes já consolidadas enquanto proposta de luta, ou de valores locais, tradicionais, religiosos, morais daquela região. É fundamental ter isso em mente ao analisar o movimento operário brasileiro. Podemos perceber esse hibridismo em um artigo publicado no jornal *Aurora Social*, de Recife, no ano de 1902:

No Evangelho do amor, da paz, da liberdade, bebemos os grandes ensinamentos e abrigados à sombra do lema de Marx, façamos enquanto antes a revolução social, uma que trará a Revolução sonhada por Cristo (REZENDE, 1986, p. 11).

A influência da religião cristã dentro da população brasileira foi muito grande, e isso com certeza trouxe consequências para a forma de organização operária, principalmente em regiões menos laicas, como o nordeste brasileiro. Ao tratar sobre como as tradições influenciam no movimento operário, é importante perceber que...

...historicamente falando, o processo de organizar novas instituições, novas ideias, novas teorias e táticas raramente começa como uma tarefa deliberada de engenharia social. Os homens vivem cercados por uma vasta acumulação de mecanismos passados, e é natural recolher os mais adequados e adaptá-los para os seus próprios (ou novos) fins (HOBBSAWM, 1998, p. 75).

A partir de 1920, iniciou-se uma nova fase dentro do movimento operário nacional. As divergências entre as lideranças anarquistas e os membros do recém criado Partido Comunistas começam a fragmentar o movimento. Surgem conflitos em relação ao apoio à III Internacional e a Revolução Russa, além das tradicionais discordâncias entre os anarquistas e marxistas em relação a disputa política e conquista do poder do estado. Juntamente com essa embate interno do movimento operário, ação do Governo Federal foca em reprimir e cooptar, governando através de estado de sítio, expulsando lideranças operárias e afastando trabalhadores nas linhas combatentes, através de sindicatos pelegos.

É a partir desse contexto político que as ações de 1º de maio ocorrem por todo o Brasil. Fica perceptível a existência de uma série de correntes ideológicas, grande influência religiosa em algumas regiões e interesse das classes patronais e do governo em ditar os rumos do movimento operário.

O Primeiro de Maio no Brasil

O Contexto de desenvolvimento industrial, as várias formas de expressão da ideologia política operária, a influência cristã, a ação dos patrões e governantes, todos esses elementos influenciaram nas maneiras como o 1º de maio foi realizado durante a primeira república. Após a decisão da II Internacional, as primeiras notícias sobre mobilizações de primeiro de maio no Brasil datam de 1891, quando um grupo de operários em São Paulo editam o número único do jornal chamado *1º de maio*. Já, em 1892, “em São Paulo, é editada uma outra folha, também número único, mas desta vez em italiano, denominada *1º Maggio* sob responsabilidade de Achille de Santis” (DEL ROIO, 1998, p. 51).

Durante a realização da Conferência Operária em 1894, conhecido como segunda Conferência dos Socialistas Brasileiros, fica decidido aprovar as resoluções do Congresso da II

Internacional, realizado em Paris em 1889, inclusive comemorar o primeiro de maio em 1895, porém não foi possível, pois a durante os preparativos para ação do ano de 1885 a polícia prende os organizadores. Ainda neste ano, a cidade de Santos foi palco de uma celebração do dia 1º de maio, destacando novamente a liderança do Sergipano Silvério Fontes na direção da comemoração, realizada com a iniciativa do Centro Socialista. Em 1897, em Porto Alegre, o Centro Socialista de Porto Alegre demonstrava interesse nos acontecimentos do 1º de maio e realizou uma peça de teatro intitulada “O 1º de maio”. A utilização do teatro para formação política da classe operária era muito utilizada pelos trabalhadores, pois o analfabetismo era frequente entre os trabalhadores, além de ser uma belíssima demonstração da cultura operária e de nascimento de ritos do 1º de maio. Em 1898 militantes anarquistas se mostravam presentes no dia 11 de novembro, pregando nos muros de São Paulo cartazes relembrando aniversário do enforcamento dos mártires de Chicago” (DEL ROIO,1998).

Percebe-se que a quantidade reduzida de trabalhadores, como vimos anteriormente, fez com que as mobilizações de 1º de maio ocorressem de maneira pouco intensa durante a primeira década da República. Jornais eram editados tratando do data, explicitando a sua origem e a sua importância, reuniões lembrando a data aconteciam, seções solenes eram organizadas, mas mobilizações de rua, com grandes passeatas e grande quantidade de trabalhadores foram praticamente inexistentes nesse período. Em relação as ações de 1º de Maio no Rio de Janeiro, explica-se que...

...as comemorações do Primeiro de Maio iniciam-se em 1891, permanecendo, contudo, pouco constantes durante toda a década. Para dar uma ideia, não há registros de comemorações nos anos de 1894, 1895 e 1896, e em alguns anos, como em 1893, as comemorações resumem-se a uma discreta sessão solene (ARÊAS,1997, p.12).

A partir de 1900, existem diversas notícias sobre ações de Primeiro de Maio em todo o Brasil. A mais comum ação era a passeata concluída com um comício ao final. Porém, existiam várias outras formas de expressão como reuniões, palestras, pequenas comemorações, solenidades. Geralmente, ações menos concorridas ocorriam em locais com um movimento operário menos pujante ou em momentos de refluxo organizacional.

Como exemplo podemos citar Salvador, em 1902, a sociedade União Beneficente dos Alfaiates expôs durante todo o dia sua bandeira “como homenagem à confraternização da grande Festa do Trabalho” (CASTELLUCCI, 2011, p. 10). À noite, várias ações foram realizadas pelo Club Socialista, sempre relacionada com o conceito de “Festa do Trabalho”,

demonstrando influência a ideia iniciada pela II Internacional. Outro ponto interessante em sobre às ações em Salvador está relacionado ao discurso que muitos socialistas utilizavam, em suas declarações ou notícias de jornais, tratando do 1º de Maio como “Dia Santo dos Operários” ou “Páscoa dos Trabalhadores”. Os operários baianos...

...atraíram e absorveram elementos simbólicos e rituais, em particular os de celebração semi-religiosa e sobrenatural, combinando feriado e dia santo, ou seja, partilhando com os feriados cristãos a aspiração à universalidade e ao internacionalismo, não sendo incomuns as analogias com a Páscoa e o Pentecostes, algo que, sem dúvida, era ainda mais forte na Bahia, onde o catolicismo popular havia fincado raízes profundas (CASTELLUCCI, 2011, p. 10).

Ainda na Bahia, no ano de 1904, na comemoração daquele ano, o marceneiro Marcelino de Souza em sua intervenção falou sobre a grandeza da luta operária e da necessidade de honrar “os mártires dessa nobre e justa ideia” (CASTELLUCCI, 2011, p. 13), demonstrando uma influência do discurso anarquista em relação a data. Ainda relacionando-se com as influências anarquistas nos ritos do primeiro de maio baiano, podemos citar a tentativa de fazer uma procissão em direção ao cemitério.

Em 1908, as celebrações em homenagem ao Dia do Trabalho foram concebidas para ter início à tarde com um comício no Campo dos Mártires, procissão em direção ao Cemitério da Quinta dos Lázaros, “em piedosa visita aos companheiros que jazem naquela necrópole”, e, à noite, “sessão literária” na sede da Federação Socialista Bahiana. Contudo, os organizadores desistiram da programação mais ampla e fizeram, apenas, a “sessão magna”, realizada após a posse solene do primeiro Conselho Administrativo do recém-fundado Sindicato dos Trabalhadores em Madeira (CASTELLUCCI, 2011, p. 16).

Percebe-se na Bahia uma dupla influência na concepção de primeiro de maio, como um dia de “festa do trabalho”, influência clara da concepção da II Internacional, e como lembrança dos mártires das causa operária, característica do discurso anarquista. Nesse momento ainda não estavam tão explícitas as divergências entre as correntes ideológicas no Brasil, principalmente nas regiões menos marcadas pela imigração de europeus.

No Ceará essa presença dupla é muito evidente, por exemplo, no ano de 1924, na cidade de Quixadá. O dia foi marcado por uma romaria ao cemitério público da cidade, com o intuito de visitar os membros da Aliança Artística e Operária que estavam sepultados nesse local.

No Ceará das primeiras décadas do século XX, havia a combinação da tática dos anarquistas com a dos socialistas, com visitas ao cemitério, em tom fúnebre, que associa os Mártires de Chicago (tática anarquista de associar o luto à luta), conforme notícia o *Diário do Ceará*, com táticas dos socialistas (apropriação das romarias católicas) aos desfiles operários na cidade de Quixadá, no ano de 1924 (LINS, 2009, p.2).

No Ceará também surge o exemplo de como a Igreja Católica buscou-se apropriar-se da data, inclusive alterando até a origem do 1º de maio, exaltando que ela teria sido criada pelo Papa Leão XIII. Em uma nota do Jornal “O Democrata”, assinada por Giovanni Timóteo, católico fica clara essa tentativa de apropriação da data pela Igreja:

O dia 1º de Maio é dedicado ao trabalho e foi instituído pelo Papa Leão XIII, a fim de que as nações civilizadas unisonas, comemorassem a festa, que homenageia aos que labutam pela vida. Neste dia comemoramos, alegremente, o trabalho universal, trabalho esse, que o homem executa dia a dia, em proveito da coletividade. Esta potentíssima clava, que é o trabalho, consegue tudo, afim de aplainar com êxito as mais brilhantes conquistas do progresso. (...) Trabalha o pobre e trabalha o rico. Trabalha o pobre para satisfazer as suas necessidades urgentes; trabalha o rico e o nobre com mais afínco, para satisfazer suas vaidades, luxos e gozos; todos enfim trabalham, porque é o único meio de prover e assegurar a felicidade, para desta forma cultuar semelhante religião e evangelho. O Trabalho enaltece e enobrece (LINS, 2009, p. 6).

Em Teresina também existem relatos de ações dos trabalhadores em seu dia, por exemplo no ano de 1906, onde operários redigiram um número especial do jornal “O Operário”, o qual “traz ao lado do nome de Karl Marx, a célebre frase “proletários do mundo, uni-vos”” (NASCIMENTO, 2003, p. 3), além de narrar como foram as comemorações daquele ano.

Teresina, naquele dia, tinha um aspecto encantador, (...) uma expressão alegre e fraternal sorria n’alma do povo. Quatro carros deslumbrantes conduzem as deusas do trabalho, das artes, da república e da justiça. Vinte e uma mocinhas conduzem bandeiras representando os 21 Estados da República. Soberbos

flutuavam os ricos estandartes da Aliança Federativa dos Obreiros do Piauí, da Liga Protetora Operária, do Centro Proletário e da Auxiliadora dos Empregados da Fiação. Três bandas de música acompanhavam o prérito: a do Corpo Militar, de Polícia, da Lira Democrática e a Lira Comercial Caxiense (NASCIMENTO, 2003, p. 3).

É necessário tratar também sobre a localização mais dinâmica e o momento mais intenso da luta dos trabalhadores durante a primeira república. No período entre 1917-1919 em São Paulo e no Rio de Janeiro, foram vistas as maiores realizações do 1º de Maio no Brasil. O momento era de grande tensão, marcado por diversas greves e conflitos com a polícia.

Uma das maiores concentrações de trabalhadores em comemoração ao primeiro de maio, realizada no Brasil, no período anterior a 1930, ocorreu no Rio de Janeiro, no ano de 1919: cerca de 60.000 trabalhadores compareceram a um comício realizado em praça pública, convocado por várias associações operárias. Os oradores foram ouvidos dentro de um clima de intensa mobilização. Saindo da praça Mauá, uma multidão colossal percorreu, a seguir, as ruas do centro da Capital Federal, reivindicando melhores salários e plenas liberdades sindicais (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 335).

A política do governo durante a década de 1920 em reprimir, governando em estado de sítio, e cooptar através dos sindicatos pelegos, relaciona-se ao 1º de Maio no ano de 1925, quando o dia é declarado como feriado oficial em todo o país. O governo do presidente Arthur Bernardes, interessado em intensificar a política de enfraquecimento do movimento operário combativo declarou em 1925:

Em virtude do decreto legislativo de nº 4859, foi incluído, entre os feriados nacionais, o dia 1º de Maio. A significação que esta data passou a ter, nestes últimos anos, consagrando-se, não mais a protestos subversivos, mas a glorificação do trabalho ordeiro e útil, justifica plenamente nosso ato (BILHÃO, 2012, p. 46).

É a clara demonstração de que o 1º de maio também era disputado pelos governantes. A sua posição era de que o dia deveria ser de manifestação ordeira, que buscava glorificar o trabalho “útil”, e não a protestos “subversivos”.

Consideramos todos esses exemplos importantes para ilustrar como o Primeiro de Maio estava presente na realidade dos trabalhadores brasileiros durante a primeira república. No sentido geral, a data estava associada diretamente com a realidade local, pois em momentos de

intensificação dos conflitos entre capital e trabalho, a sua realização era grandiosa, enquanto em momentos de refluxo ou dificuldade organizacional, ela era realizada de maneira mais tímida. Como podemos perceber, a expressão da data também possui ligação direta com as influências ideológicas e com as características tradicionais do operariado local. Foi com isso em mente que analisamos essa realidade.

4. O PRIMEIRO DE MAIO EM SERGIPE

O processo de industrialização e as primeiras fábricas.

Como vimos anteriormente, o processo de industrialização brasileiro como um todo foi tardio, e essa realidade também se manifesta em Sergipe, com ainda mais um agravante, pois o “avanço industrial, ocorrido principalmente no eixo Rio-São Paulo atribuiu à região nordestina o papel, sobretudo, de fornecedora e matéria-prima e consumidora de mercadoria industrializada, oriunda sobretudo do Sudoeste do país” (GUEDES, 1997, p. 16).

Esse predomínio das indústrias no sudeste não representou a inexistência de fábricas no nordeste, inclusive em Sergipe. As indústrias têxteis eram as mais frequentes da 1ª República, praticamente todas as capitais do país contavam com indústrias desse tipo a partir de 1890. (HARDMAN; LEONARDI, 1982). No nordeste a produção têxtil estava voltada para o mercado interno, contribuindo inclusive com a produção e exportação açucareira, através da produção de panos grossos usados para confecção de vestimentas para os trabalhadores nas lavouras, além de servir para o ensacamento do açúcar (OLIVEIRA apud GUEDES, 1997, p. 20).

A gestação desta indústria e a de outros ramos foi possibilitada, sobretudo, pelo surgimento do mercado interno, a partir das condições propiciadas pelo comércio exportador dos produtos típicos nordestinos, sobretudo o açúcar e o algodão. Posteriormente, tais produtos agrícolas, durante a crise do seu abastecimento no mercado internacional no decorrer do século XIX, restringiram-se ao mercado intra e inter-regional, contribuindo para o crescimento das fábricas, precipuamente, açucareiras, alimentícias e têxteis (GUEDES, 1997, p. 19).

A partir desse contexto que surgem as primeiras fábricas em Sergipe. Em 1884 é fundada a Fábrica Cruz & Cia, também chamada de Sergipe Industrial, na capital do estado, Aracaju. Ela inicia com um capital inicial de 300:000\$000, empregando mais de 170 operários, e tinha um maquinário que possibilitava a transformação do algodão em tecidos lisos e trançados e em novelos de linha. Em 1896 é fundada, em Estância, a Companhia Industrial de Estância, também chamada de Fábrica Santa Cruz. A sua sede central era na Bahia, e a filial em terras sergipanas possuía cerca de 250 operários. O Presidente do Estado durante o ano de 1903, Josino Meneses, em mensagem enviada à Assembleia Legislativa, demonstrava animação com a realidade do Estado, que segundo ele demonstrava avanços.

A nossa situação actual é a prova de que avançamos. Ella não é de grandeza, que a crise é geral, attinge todo o paiz, mas nossas condições são relativamente de prosperidade, porque nossos encargos estão solvidos no exterior; nada devemos; e si a nossa organização administrativa é modesta, isto prova o nosso espirito pratico (ROMÃO, 2000, p. 51).

Em 1906 são instaladas em Vila Nova (antigo nome da atual Neópolis) as fábricas Peixoto Gonçalves & Cia, chamada popularmente por Fábrica Passagem, e também a Empresa Têxtil, iniciando as atividades com 50 teares cada. A Ribeiro Chaves & Cia, a famosa Fábrica Confiança, surgiu em 1907 em Aracaju. Mais três ainda seriam fundadas nesse período: Empresa Fiação e Tecelagem Propriá, com 370 operários, as Empresa Industrial de São Cristóvão e Empresa Industrial Estanciana, com 220 funcionários (LODI apud GUEDES, 1997).

A presença destas oito indústrias têxteis evidenciou o avanço econômico por que passava Sergipe, havendo uma integração entre os setores primário e secundário, pois a matéria-prima usada adivinha dos campos agrícolas sergipanos. Esse progresso deu-se numa fase em que o país assistia ao fechamento de fábricas em alguns Estados, em virtude do impacto negativo às economias, num período inicial, causado pela Primeira Guerra Mundial (LODI apud GUEDES, 1997, p. 23).

Percebe-se que, apesar da ideia geral de que a Primeira República era totalmente dominada economicamente pela agro exportação e politicamente pela oligarquia rural, essa realidade coexistia com uma industrialização inicial, inclusive em Sergipe. Sobre o ano de 1907 informa-se que:

Nesse momento, Sergipe tem 103 estabelecimentos na Industria de transformação, dividida entre metalurgia, madeira, química e farmacêutica, têxtil vestuários-calçados e artefatos de tecidos, produtos alimentares, bebidas e fumo, perfazendo um total de 3.027 operários empregados. Podemos destacar, nessa fase, já a presença das indústrias têxteis, sendo responsáveis, no ano de 1907, por praticamente 50% do número de operários empregados na indústria de transformação (1.288 operários), percentual que, em 1920, sobe para 81%. Esse segmento de indústria continuará sendo, na década de 30 responsável pelo maior número de postos de trabalho no setor industrial (ROMÃO, 2000, p. 51).

Em 1918 o estado contava com 3.363 trabalhadores nas industriais têxteis, executado 1.796 teares e 53.060 fusos. No censo de 1920, foi registrado em Sergipe 237 unidades industriais, além de 7 indústrias têxteis e um número de 5.380 operários. Aracaju era o principal centro urbano, contando com 37.440 habitantes e duas indústrias têxteis (DANTAS, 1992, p.139). Nos anos da década de 1920 o Governo do Estado busca estabelecer ações para estimular a produção têxtil, oferecendo isenções dos impostos de indústria e profissão por 10 anos, e por 5 anos para os impostos de exportação, para o primeiro estabelecimento que fizesse melhorias em sua produção, buscando produzir a fiação fina e inglesa, de branqueamento, estamparia, tinturaria e de modernos processos de confecção de flanela. Ainda com o objetivo de auxiliar novos investidores, algumas leis foram criadas, como a lei nº 965 de 20 de outubro 1926, que dava benefícios para indústrias fundadas onde ainda não existissem estabelecimentos desse tipo (LOBO, FONTES, BRAVO apud GUEDES, 1997).

Ao fim da década de 1920, principalmente a partir de 1928, Sergipe entraria em uma crise econômica, marcada pela política econômica do estado de contenção de despesas e incentivo à iniciativa privada. Apesar dessa crise, surgem, incentivadas pelos benefícios estaduais, mais duas fábricas. Em 1926, a Fábrica de Tecidos Riachuelo, ou Tecelagem Central, com cerca de 320 operários, 4.070 fusos e 50 teares e em 1928 a Sergipe Fabril, em Maruim, empregando inicialmente 150 pessoas, 57 teares e 2.400 fusos. Em 1930, apesar do contexto de crise internacional, nacional e local, é criada ainda mais uma Indústria, situada em Estância. A Industria Piauitinga iniciou seus trabalhos com 100 operários (LODI apud GUEDES, 1997).

Percebe-se então que, em 1930, Sergipe contava com um parque industrial relativamente pequeno, composto por 10 industriais têxteis em várias cidades, capital e interior, além de várias outras oficinas e estabelecimentos. Não era um contexto que facilitaria uma organização de trabalhadores e intensos conflitos entre capital e trabalho. Porém, foi nesse contexto que os trabalhadores buscaram se organizar, lutar por melhores condições de vida e trabalho, percebendo-se enquanto coletividade e manifestando suas visões em relação ao primeiro de maio.

A Organização operária em Sergipe

Como no restante do país, as sociedades de socorro mútuo foram as primeiras organizações de trabalhadores, que buscavam organizar-se para auxiliar uns aos outros em momentos de dificuldade. Em Sergipe essas sociedades também existiram e foram as primeiras maneiras encontradas pelos trabalhadores para resistir as dificuldades da vida.

Em fins do século passado, e antes mesmo do término da escravidão em nosso país, já se encontram em Sergipe os primeiros embriões de organizações de trabalhadores que visavam a prestar, de alguma forma, uma assistência a estes e aos seus familiares, quando dos seus infortúnios (ROMÃO, 2000, p. 43).

Eram diversas as associações de socorro mútuo por todo o estado. A primeira de que se tem notícia é a “Sociedade Monte Pio dos Artistas”, criada na cidade de Laranjeiras no ano de 1871. Em 1875 foi criada outra sociedade com o mesmo nome, desta vez na capital Aracaju. Ambas tiveram uma vida relativamente longa, existindo até 1900, a primeira, e 1912 a segunda, inclusive comprando um prédio próprio. Além destas, várias outras existiram, como a “Monte Pio dos Empregados Provinciais”, “Sociedade Beneficente Socorro Mútuos” e “Sociedade Auxílios Mútuos Amparo das Famílias”, todas elas voltadas exclusivamente para fins mutuários (ROMÃO, 2000, p.49).

Entre essas Organizações iniciais algumas delas merecem destaque por sair um pouco da área assistencialista. A “Associação”, datada de 1891, é responsável pela edição do primeiro jornal voltado aos trabalhadores do Estado. O Jornal *O Operário*, foi editado por essa organização durante o ano de 1891. Suas publicações traziam matérias das mais variadas, desde poesias, reivindicações, a propaganda de padarias. Do ponto de vista crítico, o jornal demonstrava a preocupação com a educação do povo. Em sua edição de 23 de fevereiro de 1891, declarava: “A nossa instrução pública tem se limitado até hoje a preparar a mocidade para os cursos superiores de direito, medicina, engenharia, etc. deixando em criminoso abandono as classes operárias” (ROMÃO, 2000, p. 45). Essa organização, e consequentemente o jornal, tiveram vida curta, existindo notícias sobre eles apenas no ano de 1891.

Outra organização que merece destaque é a Sociedade União Operária Sergipana. Criada no ano de 1895, pelos gráficos da capital do estado, é uma organização que voltava-se para reivindicação das bandeiras de luta de trabalhadores. Eles irão retomar a edição do Jornal “O Operário”, durante os anos de 1895 e 1896. Assim como exemplos citados anteriormente em vários outros estados do país, a afirmação política da linha editorial desse jornal era meio confusa, dúbia. Existem notícias da existência dessa organização apenas até 1896, quando o jornal “O Operário” deixa novamente de ser editado.

O Jornal não tem uma linha radical de contestação ao sistema, apresentando, inclusive, dubiedades, se o quisermos comparar com outros jornais operários do início do século, editados em várias regiões do país. Não obstante, combate os baixos salários, a excessiva jornada de trabalho, defende a folga aos

domingos. Ao mesmo tempo em que diz querer manter-se distante da política (o que nos faz entender que se trata da política partidária local), traz artigos citando Lassale, Adam Smith, Karl Marx, e, em outros, defende explicitamente o socialismo (ROMÃO, 2000, p. 47).

A organização mais importante do estado vai surgir em 1910, quando é criado o “Centro Operário Sergipano”. É essa organização que iniciará o processo de autoafirmação dos trabalhadores sergipanos enquanto classe, além de estar presente como linha de frente nas primeiras greves de trabalhadores e conflitos entre operários e interesses patronais. É o COS, inclusive, que será responsável pela organização da primeira mobilização pública de 1º de Maio em Sergipe.

O Centro Operário “aos poucos foi se desprendendo do paternalismo patronal e assumindo papel cada vez mais significativo na organização das classes subalternas urbanas” (DANTAS, 1992, p. 140). O COS é o responsável também pela edição do novo jornal “O Operário”, nos anos de 1910 a 1916 e pela criação do jornal *A Voz do Operário*, em 1920. “São órgãos como esses, que divulgando as questões referentes ao trabalho, desempenham papel marcante no embrionário movimento operário local, inclusive em seus primeiros ensaios grevistas” (DANTAS, 1992, p. 140).

Portanto, a partir de sua fundação, em 1910, até sua extinção pela ditadura em 1964, o COS passa a ser peça fundamental na história dos trabalhadores de Sergipe. Nenhum acontecimento de importância envolvendo os trabalhadores terá efeito até a década de trinta, sem a presença do Centro, sem a cumplicidade dos seus membros (ROMÃO, 2000, p. 53).

A partir da atuação do Centro Operário, outras organizações começam a surgir, como por exemplo, em 1918, é fundado o “Centro Socialista Sergipano”, uma breve tentativa de amadurecer o ideal socialista em Sergipe, pois, desde a sua fundação em 1910, o Centro Operário foi demonstrando uma característica reformista, que não buscava a transformação radical da sociedade. Vale lembrar que um dos mais notáveis socialistas do Brasil era sergipano, e até o momento não existia nenhuma organização essencialmente socialista no Estado. O Centro não teve vida longa, existindo informações sobre ele apenas no ano da sua fundação. Em 1919 é criada a Associação dos Empregados no Comércio, e em 1927 outras três organizações se faziam presentes: União dos Estivadores, União Defensora dos Operários Ferroviários e a União dos Padeiros. Essas últimas, inclusive, conseguem ter uma ação conjunta

com o Centro Operário, participando de reuniões e assembleias na sede do COS (ROMÃO, 2000, p. 55).

Em relação ao movimento operário sergipano, é necessário tratar de uma conjuntura específica, durante os anos de 1921 e 1922, quando ficam mais expostas as contradições entre capital x trabalho em Sergipe. A essa altura o Centro Operário já tinha conquistado uma maior autonomia em relação ao paternalismo patronal sergipano. Já circulava desde 1920 um novo jornal *A Voz do Operário*, de caráter mais contestador e crítico que os anteriores. Em agosto de 1921 a Fábrica Confiança iniciou um processo de expansão das suas instalações, contratando operários da construção civil para trabalhar nessa obra. A sua carga de trabalho imposta era de 9 horas e 30 minutos, superior ao que era convencionado entre os operários e outros locais em que trabalhavam. Esse embate vai gerar discussões lideradas pelo Centro Operário Sergipano e o dono da fábrica Confiança Sabino Ribeiro.

A comissão reúne-se por duas vezes com Sabino Ribeiro, mas não consegue demovê-lo. Finalmente, na assembleia do dia 5 de setembro, sétima assembleia desde que se iniciaram as discussões declararam greve os pedreiros e carpinteiros. Feito isso, saem às ruas distribuindo panfletos, clamando a todos para não aceitarem trabalho nas construções da Confiança. Era grande a agitação, assembleias massivas, algumas com mais de 600 operários, associados ou não ao Centro (ROMÃO, 2000, p.70).

Os impasses continuaram por cerca de um mês após a declaração de greve. A agitação realizada pelo Centro Operário incomodava os patrões, preocupados com o fortalecimento do movimento operário. Sabino Ribeiro elaborou uma carta destinada ao presidente do estado, solicitando uma convocação a todos os proprietários de indústrias de Sergipe, para tratar da questão das horas de trabalho. Em sua carta ele “historiou os fatos, demonstrando seu mal estar com o movimento, declarou-se amigo e irmão do operário, criticou o comunismo russo, teceu apologia ao trabalho e por fim propôs o governo do Estado a convocação” (DANTAS, 1992, p. 145).

O Governador do, Estado Pereira Lobo, aceitou a sugestão, convocando todos os industriais para participar dessa reunião. A ela compareceram os industriais portando uma carta que explicava o “desastre” que seria a redução da carga horária de trabalho para a indústria sergipana. Esse foi o argumento mais comum utilizado pelos patrões, até os nossos dias, para impedir qualquer ganho de direitos pelos trabalhadores. Qualquer melhoria nos salários,

condições de trabalho ou de vida é afirmado que, com certeza iria “quebrar” a fábrica. Esta carta afirmava:

Seriam vultuosíssimos recursos econômicos desaparecendo da circulação monetária, e milhares de pessoas a perderem o pão diário, e indo procurar fora do pequenino Estado os meios de subsistência que aqui lhe escapara. A redução das horas de trabalho forçaria a redução do operariado, da produção, da renda pública e privada, do plantio do algodão e do combustível, além de outras relações econômicas que, no momento não lhes acode (DANTAS, 1992, p. 145).

Após a reunião com os empresários, Pereira Lobo participou de outra reunião, agora com uma comissão de trabalhadores do Centro Operário. Após essa reunião o governador declarou a jornada de “8 horas para os pedreiros, carpinteiros e classes congêneres, nove horas para os trabalhos fabris da capital e nove horas e meia para os operários de fábricas de tecidos do interior do estado” (ROMÃO, 2000, p.71). Foi, sem dúvida, uma vitória para o movimento grevista encabeçado pelo COS, que conseguiu conquistar uma melhoria concreta para a realidade dos trabalhadores sergipanos. Mas também crescia a política contrária ao Centro, encabeçada por Sabino Ribeiro, ressentido com o movimento.

A política contrária ao Centro vai tomar forma em 1922. Em março daquele ano, uma operária filiada ao Centro Operário, Pureza Farias, vai até o COS, fazer reclamações do tratamento recebido por ela pelo contra mestre Odilon Torres. A diretoria do Centro procurou o contra mestre para que ele pudesse dar explicações, mas ele não comparece a sede do COS. A partir daí o jornal *A Voz do Operário* iniciou uma série de notas, criticando o comportamento do citado contra mestre e expondo a sua covardia em não se pronunciar sobre o fato. Na noite do dia 30, operários se armaram com pedaços de madeira para agredir fisicamente o contra mestre Odilon Torres. Essa agressão implicou em um movimento de criminalização do Centro. Os proprietários da Sergipe Industrial e da Confiança vão obrigar os seus trabalhadores a se desfiliarem do Centro, sob o risco de perder o emprego.

Desse momento em diante, está declarada a guerra contra o Centro: as perseguições se tornam diárias, os operários são obrigados a se desfiliarem do Centro ou, do contrário, perdem emprego, eles e os seus familiares. As carteirinhas daqueles que se desfiliam são rasgadas em público pelos donos das fábricas. Trazem cangaceiros do interior para amedrontar os operários, chegam a demitir uma operária pelo simples

fato do seu noivo ser filiado ao Centro, mesmo ele não sendo operário da tal fábrica e ela não estando filiada ao COS (ROMÃO, 2000, p.73).

As questões iniciadas, a partir dos anos 1921, demonstraram como as relações entre trabalhadores e patrões se radicalizaram a partir desse período. A ação do COS frente a esses ataques é defensiva. Não buscaram o enfrentamento e tentaram aconselhar aos associados a calma, tendo inclusive o seu presidente Antonio Siqueira Alves, renunciado ao cargo. As críticas, presentes no jornal *A Voz do Operário*, se relacionam, a partir de então, a pautas mais gerais da realidade do trabalhador e menos voltadas diretamente para as fábricas sergipanas. Apenas, após 1930, é que a influência da criação do PCB começou a chegar ao movimento operário em Sergipe de maneira mais intensa.

Essa é a realidade dos trabalhadores sergipanos durante a Primeira República. Não fica clara a existência de uma grande variedade de correntes ideológicas entre os trabalhadores, pois o Centro Operário hegemoniza as ações como direção, e não temos informações de outras formas de pensamento. É exposta também a existência de movimentos de luta pela melhoria das condições de vida do operariado.

Limitados pelos condicionamentos estruturais do Estado oligárquico, submetidos a um paternalismo controlador e com pouca densidade populacional, os trabalhadores urbanos em Sergipe dispunham de reduzido poder de barganha. Dentro dessa estrutura social, a desproporção de poder entre Capital x Trabalho se manifesta em maior dimensão do que outros estados, especialmente do Sudeste (DANTAS, 1992, p. 151).

É a partir dessa realidade econômica, social e política que ocorrem os eventos de 1º de maio em Sergipe.

O 1º de Maio em Sergipe

A primeira notícia sobre o 1º de maio em Sergipe data do ano de 1896. Naquele ano, a Sociedade União Operária Sergipana, uma das primeiras organizações operárias de caráter crítico de Sergipe, editava o jornal “O Operário”, e no dia 3 de março de 1896 lançou um número do jornal dedicado ao 1º de maio, editado em papel especial. Eles explicitavam inclusive o desejo de comemorar o primeiro de maio em 1897. Entretanto a Sociedade só durou até 1896. Passaram-se quinze anos até que a primeira manifestação pública da “festa dos trabalhadores” acontecessem em terras sergipanas, em 1911.

Desde 1896, surgiam várias notícias de mobilizações religiosas de “Mês de Maria”. Muitos poemas relacionando maio as flores também podem ser visto. O Jornal “A Razão” de Estância, noticia em 1º de Maio de 1910:

As cinco horas da tarde devem começar, na matriz, os exercícios do sagrado mês de Maria, sendo a orchestra constante de vozes feminis, com acompanhamento de harmonia, e alguns instrumentos. Presta se a dirigil-a o distincto Professor João Carmelier, regente da “Lyra Carlos Gomes (A RAZÃO, N. 17, 1910, p.2).

Uma outra festa religiosa, dessa vez voltada inclusive para os trabalhadores, era a “Santa Cruz dos Martírios”. Essa festa, organizada e mantida pelos trabalhadores da Fábrica Santa Cruz, em Estância, demonstrava como a realidade operária era marcada pela religiosidade cristã católica. É interessante pensar se essas manifestações já estavam ligadas ao 1º de Maio dos trabalhadores ou se não passa de uma incrível coincidência.

Começam na sexta feira as novenas, em louvor de S Cruz, em sua Capella, sita ao bairro Visconde Rio Branco, dirigida pelo operariado da Fábrica Industrial S. Cruz. A orchestra das mesmas está a cargo do côro do Apostolado da Oração, com acompanhamento de harmoninho (A RAZÃO, N. 17, 1910, p.2).

Em 1908 o jornal *Correio de Aracajú* traz em sua edição o seguinte poema:

Surge o mez de Maria, o mez das flores!
 Na Lyra o vale a versejar constella,
 De Maio os seus encantos e esplendores,
 Sob um manto de luz doirada e bela
 Longe, no Bosque, em daleidos carinhos
 Ouve-se os hinos festivaes de amor,
 De aves tecendo delicados ninhos,
 Por entre os ramos da balseira em flor!
 (CORREIO DE ARACAJÚ, N. 454, 1908, p.1).

Percebemos como as questões levantadas por Hobsbawm em relação à tradição das flores na Europa chega ao Brasil, ainda mais quando pensamos que em Maio estamos em pleno outono, distantes da primavera no Brasil.

Em 1911, o Centro Operário, principal organização dos trabalhadores sergipanos a partir de 1910, organizou a primeira manifestação pública de 1º de maio em Sergipe. Vários jornais de circulação semanal trazem notícias sobre esse fato. Em relação ao Centro e a data já podemos estabelecer uma ligação direta, pois a criação oficial do Centro se deu em 1910, porém através de uma diretoria provisória. A diretoria permanente só tomou posse no dia 1º de maio de 1911, já demonstrando um simbolismo em relação a data, pois, não por acaso, foi nesse dia que as novas diretorias sempre iam tomando posse nos anos seguintes.

Nesse ano, vários jornais de grande circulação cobriram os eventos do dia dos trabalhadores, dando uma grande ênfase, inclusive. Um ponto importante em relação ao contexto vale ser ressaltado. No ano de 1911 estava na Presidência da República Hermes da Fonseca. O seu mandato fica marcado por uma tentativa de cooptação dos movimentos de trabalhadores.

A presença do operariado não era, de forma alguma, subestimada pelo governo federal, como aparece em alguns trabalhos sobre esse período. Uma política de cooptação foi estabelecida para dividir as lideranças do movimento e enfraquecer a resistência. Em 1912, patrocinado pelo governo federal, é realizado um congresso trabalhista com a finalidade de organizar um partido político (RESENDE, 1986, p. 13).

Percebe-se uma boa vontade por parte dos governantes e dos patrões do estado em realizar a “festa do trabalho”. Algumas reuniões para organização ocorreram inclusive no escritório da Fábrica Sergipe Industrial.

Realizou-se, como foi anunciada, a reunião operaria no salão de “Sergipe Industrial”, com a presença de quasi cem operarios ... o orador official sr. Epiphanio Goes, decano dos operarios, ... o orador official sr. Rodrigues Vianna, ... o dr. Olimipio Mendonça... explicou como se festeja em outros centros, ... Pelo sr. Antonio de Siqueira Alves, [operário da fábrica Confiança] foi exposta a aceitação das propostas da festa (ROMÃO, 2000, p. 62-63).

Em 1911 já na edição do dia 30 de abril, alguns jornais já davam muito destaque a data, colocando textos relacionados ao 1º de maio com grande destaque, ocupando praticamente uma página inteira. Interessante que nos anos anteriores nenhuma nota lembrava do acontecimento em nenhum jornal pesquisado. O Jornal *O Estado de Sergipe* estampa “1º DE MAIO” na primeira página, afirmando que

É justo que o operário desta capital comemore com a maxima solemnidade a passagem da data do trabalho. Estamos certos que todas as classes lhe prestam o valioso apoio de sua solidariedade para o máximo brilhantismo dessa festa. A confraternização de todas as classes, levando aos operarios desta cidade o concurso de suas alegrias se impõe, pois que o operário de hoje é o mais poderoso elemento do progresso (O ESTADO DE SERGIPE, N. 3549, 1911, p. 1).

Percebe-se que o discurso possuía o intuito de descaracterizar a manifestação como protesto por melhores condições de vida e trabalho. Em muitas passagens alguns jornais faziam questão de afirmar que em Sergipe não existiam conflitos entre trabalhadores e patrões, pois neste estado reinava a amizade e cooperação. Esse intuito fica mais claro ainda na seguinte passagem:

As luctas entre o operário e o patrão tem sido decididas, como tem sido entre nós, resolvidos todos os problemas da nossa vida política-social: dentro do circulo traçado pela verdade, pela razão, pelo direito e pela justiça. É que os patrões, dominados pelo impulso da mais inteira justiça, reconhecem que o salário está na razão directa dos serviços do operario. É uma lei da sciencia economica: a causa que mais influe sobre o salário é a produtividade do trabalho do operario (O ESTADO DE SERGIPE, N. 3549, 1911, p. 1).

A organização da mobilização de 1911 foi prioridade para os membros do Centro Operário, que conseguiram fazer com que a festa fosse grandiosa e contasse com a presença de várias pessoas. Em relação aos acontecimentos, uma característica também merece ser observada. Pela manhã do dia foi realizada uma missa campal, demonstrando a presença da igreja católica nos acontecimentos. Em relação ao planejamento das ações do dia, o jornal *O Estado de Sergipe* informava:

Ao amanhecer do dia 1º será resada com solemnidade uma missa campal à praça de Palacio, sendo officiante o revm conego João Florencio. Às 11 horas se effectuará no paço municipal uma sessão magna sendo orador official o intelligente major Olegario Dantas, instalado o Centro Operario Sergipano e proclamada a sua primeira directoria. Após a sessão sahirá em procissão cívica o Estandarte do Centro até a Escola de Artifices, assistindo a inauguração dessa Escola, ficando ali depositado o Estandarte até as 4 horas da tarde, quando percorrerá as nossas ruas com um lindo carro allegorico o operario,

fazendo estação na praça de Palacio. A noite realizar-se-ão diversões populares naquela praça... (O ESTADO DE SERGIPE, N. 3549, 1911, p. 2).

É interessante perceber como o jornal saudava com exaltação a festa dos trabalhadores, demonstrando uma aceitação e até empolgação com a demonstração de organização do trabalhadores. Porém, ao fim da nota, deixa transparecer o limite do seu apoio, afirmando que se deseja: “Que assim continuem sem se afastar da trilha do dever e acatamento à lei para sua própria felicidade e elevação moral” (O ESTADO DE SERGIPE, N. 3549, 1911, p. 2). Percebe-se que o raciocínio era que os patrões e trabalhadores são amigos, desde que os trabalhadores continuem na trilha do dever, sem incomodar ou lutar mais radicalmente.

Esse clima de “cooperação” e “amizade”, que a imprensa buscava demonstrar, entre patrões e trabalhadores, pode ser percebido no evento realizado no “Restaurant Perdigueiro”, também em 1911, onde o dono da “Papellaria Commercial”, Nelson Vieira, pagou um almoço para seus funcionários “em homenagem à data consagrada ao Trabalho” (O ESTADO DE SERGIPE, N. 3550, 1911, p. 3).

Ao fim das ações de 1911, a primeira ação pública conhecida dos trabalhadores sergipanos, o saldo é muito positivo. Vários jornais exaltam as atividades, afirmando que houve uma grande participação da sociedade em geral e não houveram incidentes graves com as forças públicas.

A convocação realizada pelo Centro Operário teve uma boa acolhida junto à classe trabalhadora Sergipana, a participação nas atividades do dia foi muito concorrida, haja vista que uma multidão acabou “literalmente a praça do palácio do governo de Sergipe”, e expressou a natureza de ser uma festa do trabalhador, tanto que, um jornal da época teceu, quatro dias antes do evento, o seguinte comentário: “a nossa capital assistiu pela primeira vez a uma festa absolutamente popular” (ARAUJO, 2009, p. 23).

Em 1912 voltam a ocorrer manifestações em Aracaju, organizadas novamente pelo Centro Operário. Um ponto importante em relação a esse ano é que os organizadores e membros do centro operário fizeram pedidos formais para que os estabelecimentos fechassem mais cedo para que fosse possível a participação dos trabalhadores nos eventos. Isso mostra que não era de interesse dos organizadores uma ação mais radical, onde o dia seria de folga grevista, independente do consentimento dos patrões. “A mesma comissão pede ao commercio desta praça o fechamento de suas portas às 11 horas da manhã, afim de maior realce terem as festas.

Aqui fica registrado seu pedido justíssimo” (CORREIO DE ARACAJÚ, N. 691, 1912, p. 2). O ponto, inclusive, foi dispensado pelo governo do estado nas suas repartições.

A partir das 11 horas ocorreu no Teatro Carlos Gomes uma sessão solene, o orador foi Hemeterio Gouveia, funcionário da Estação Telegráfica. As 18 horas saiu do mesmo teatro uma passeata composta de várias corporações operárias, precedidas pela banda da polícia, que foi cedida pelo Presidente de Estado. As 20 horas ocorreu um espetáculo para angariar fundos a Escola Operária Horácio Hora, mantida pelo Centro Operário.

Em Estância no ano de 1912, O Jornal “A Razão” compartilha uma pequena nota, afirmando que:

Em homenagem as grandiosas datas de 1 e 3 de maio, esta em qual se comemora o auspicioso acontecimento que revelou aos olhos do mundo o seio verde e ubérrio da nossa grande pátria. Aquela dedicada a festa universal do Trabalho, tremulou em frente ao edifício da nossa redação a bandeira verde-aurea (A RAZÃO, N. 18, 1912, p. 2).

Não foram encontradas notícias nos jornais pesquisados referentes aos anos de 1913 e 1914, talvez pelo momento mais conturbado pelo qual passava a organização operária em Sergipe, pois é a partir desses anos que começam as primeiras tensões com os patrões, como informa ROMÃO (2000):

A partir dessa data, todas as outras comemorações vão se dar em recintos fechados, seja em cinemas, ou na sede do COS. Esse fato deve representar o afloramento das contradições capital x trabalho levado a efeito, a partir dessa data, pelo COS e por seu jornal. Se antes foi possível aos patrões, de forma muito simples, ludibriar os operários com festas e eventos do gênero, a partir da fundação do Centro, observamos uma certa resistência. Logo, não vai existir, por parte do operário, a boa vontade em promover atos conjuntos, e, já no ano de 1914, o Coronel Sabino Ribeiro negou-se a fechar suas portas para que os operários comemorassem o seu dia, só o fazendo porque mais de 200 operário exigiram (ROMÃO, 2000, p. 64).

Em 1915 voltamos a encontrar notícias de ações realizadas pelo 1º de maio. Nesse momento é perceptível uma continuação muito grande em relação aos anos anteriores. Sempre feitas sessões solenes, onde um representante do Centro Operário tem a palavra, tratando sobre a importância da data. Após a sessão era feita uma passeata com vários operários pela cidade, acompanhados pela banda da polícia. Muitas vezes também eram realizadas sessões teatrais ou

cinematográficas no Teatro Carlos Gomes, com leitura de poesias, canções de músicas e hinos ao trabalho. Sobre uma dessas ações cénicas, em 1915 o jornal *O Correio de Aracajú* destacava:

De proposito deixamos para falar no fim desta ligeira noticia, da bonita apoteose – O Trabalho glorificado pela Paz. Duas interessantes creanças, Lindaura e Cantilde Melo, filhas do sr. Antonio Melo uma representando a Operaria e a outra a Paz, formaram a significativa apoteose, que foi saudada por uma salva de palmas da selecta assistência (O CORREIO DE ARACAJÚ, n. 1443, 1915, p.1).

Essas práticas vão se consolidando dentro da cultura operária de uma maneira ritual muito interessante. Característica expressada por Hobsbawm e Del Roio, quando tratam sobre o 1º de Maio em todo o mundo, inclusive no Brasil. Em relação a essas características culturais e ritualísticas podemos perceber ainda em 1915:

Ao subir o panno do Carlos Gomes, os alunos da Escola Horácio Hora, num quadro belíssimo, synthetizando as Artes, entoavam o Hynno do Trabalho. Depois o orador do centro, sr. Arnulpho Oliveira, disse o motivo daquela festividade. Após, o intelligente jovem Lourival Fontes, leu a sua brilhantes conferencia – O dia do Trabalho, que ao terminar foi saudado por uma vibrante salva de palmas. De um dos camarotes do Carlos Gomes o sr. Rodrigues Vianna leu formosa poesia, alusiva ao acto, sendo tambem ovacionado (O CORREIO DE ARACAJÚ, n. 1443, 1915, p.1).

Sobre esses ritos operários do primeiro de maio é interessante perceber que:

O 1º de maio está eivado de conceitos cerimoniais. Nele vieram desembocar velhas tradições de festas, lutas e até mesmo religiosas, com uma vasta gama de simbologia: cores, bandeiras, flores, teatros, poesias, músicas, iconografias etc. Em parte isso foi transplantado para o Brasil (DEL ROIO, 1998, p. 73).

No ano de 1916, 1917 e 1918 as mesmas características marcaram as ações do Centro Operário. Sempre com sessões solenes e discursos valorizando o trabalho e o trabalhador, seguidas de pequenas passeatas, mais ou menos concorridas de acordo com o momento. Vale destacar que em 1918, com a criação do Centro Socialista Sergipano, o 1º de Maio daquele ano teve participações mais diferenciadas. O jornal *O Estado de Sergipe* reproduziu o convite recebido pela diretoria do Centro Socialista, convidando para a festa dos trabalhadores, que iria contar com a realização de uma palestra proferida por Manuel dos Passos de Oliveira Telles sobre o socialismo e o trabalho. A notícia que tratava de todos os acontecimentos explanava os

acontecimentos, novamente no Teatro Carlos Gomes. Pelos alunos do colégio Tobias Barreto foi cantado o “Hymno Socialista”, de autoria do poeta Arthur Fortes, importante socialista sergipano, e a música “Amor Febril”. Manuel dos Passos de Oliveira Teles palestrou sobre o socialismo.

... o ilustrado dr. Manuel dos Passos de Oliveira Teles, presidente do “Centro”, leu uma bela conferencia allusiva as ideias propagadas pelo socialismo e à data festejada. Foi um trabalho de valor e de alto saber do conferencista, que, secundando as ideias de Florentino Menezes na sua Nova Escola Social Positiva, pugnou pela instituição de uma aristocracia do talento em substituição à do capital (O ESTADO DE SERGIPE, N. 5461, 1918, p.2).

Em 1919 não encontramos notícias sobre mobilizações em Sergipe, apenas um jornal reproduzindo uma notícia sobre a grandeza da manifestação do 1º de Maio no Rio de Janeiro. Como tratamos anteriormente, essa foi uma das maiores ações de Dia do Trabalhador no Brasil durante a Primeira República.

Na mais absoluta ordem desfilaram, em passeata, os operários em comemoração ao dia 1º de Maio, na qual tomaram parte as principais associações. Calcula-se em 60.000 o número de operarios que compareceram aos festejos... (O IMPARCIAL, N. 199, 1919, p.2).

Nos anos de 1920 e 1921 também não encontramos notícias de ações em terras sergipanas, com exceção de uma pequena nota em 1921 afirmando que o presidente do estado, Pereira Lobo, decretou ponto facultativo para o funcionalismo público estadual em função do 1º de maio. “Em homenagem a festa do operariado, o exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado declarou facultativo o ponto do funcionalismo público estadual no dia de amanhã” (CORREIO DE ARACAJÚ, N. 2864, 1920).

É ainda em 1921 que ocorre, como já falamos no tópico anterior, em Aracaju, a maior expressão do confronto capital x trabalho entre operários e patrões em Sergipe na Primeira República.

É nesse momento que vale refletir sobre a postura dos jornais sergipanos em relação ao 1º de Maio. Esses jornais sempre faziam questão de explicitar que a relação entre trabalhadores e operários eram amistosas, pois os patrões prezavam pela justiça no pagamento de salários e qualidade nas formas de trabalho. É de fato muito difícil imaginar que só de flores vivessem os

trabalhadores e patrões. A pesquisa de GUEDES (1997) e de SOUSA (1991) sobre a realidade operária em Sergipe nas primeiras décadas do século XX nos mostram justamente ao contrário.

A análise das posições das lideranças do Centro Operário expostas no jornal *O Operário* demonstra que os trabalhadores em Sergipe tinham diversas críticas em relação aos seus salários e condições de trabalho. Já em 1910, este jornal afirmava: “Na distribuição das horas de serviço (sic), ainda a Confiança por uma trilha errada” (O OPERÁRIO apud GUEDES, 1997, p. 32). Ainda na edição seguinte os trabalhadores afirmavam:

A Fábrica Confiança, por exemplo, contra todas as regras do bom senso, até mesmo transpondo o comunismo aqui existente, inicia seu trabalho as 6 e 1\2 dando apenas 3\4 para o almoço de cada operário, tempo esse que pode ser aproveitado das 9 as 11 e dahi, va largar as 5 e 1\2 horas da tarde (O OPERÁRIO apud GUEDES, 1997, p. 32-33).

A imagem que os jornais gostariam de passar, como a existência de um operário passivo, correto, que sempre obedece as leis e a ordem, fazia parte da construção de um discurso da elite e dos governantes sergipanos, que possuíam o intuito de manter esses trabalhadores sobre controle, forjando a sua identidade. Identidade essa que é composta dentro da sua própria realidade, independente de que discurso os patrões e governantes querem passar.

Eles sentiram e articularam com outros operários da época a identidade de seus interesses sob diversas formas. Alguns podem ter percebido que o melhor caminho era o “Centro Operário”, outros já se posicionavam isoladamente através de confrontos e conflitos (SOUSA, 1991, p. 49).

Os discursos de patrão amigo dos operários caiu por terra durante os anos de 1921 e 1922. A política de perseguição ao Centro Operário após os movimentos grevistas de 1921, iniciada, principalmente por Sabino Ribeiro, proprietário da fábrica Confiança, demonstrava que a “amizade” só existia dentro de um bom comportamento e sem crítica radical as dificuldades dos trabalhadores. Nos jornais de 1922 são expostas várias notas, pagas por operários, informando que não estavam mais filiados ao Centro Operário.

Nas nossas pesquisas não foi possível identificar uma grande divergência de correntes ideológicas dentro do Movimento Operário Sergipano. Parece-nos que o Centro Operário hegemonizava de maneira absoluta a direção dos acontecimentos relacionados ao 1º primeiro de maio em Sergipe durante esse período. Porém, se nos voltarmos para a análise das notícias

de jornais de grande circulação, fica muito clara a tentativa da grande imprensa, dos patrões e dos governantes em transformar o 1º de maio em um dia inofensivo.

Em relação a presença religiosa no estado, fica perceptível que ela não foi protagonista, mas com esteve presente nos acontecimentos do 1º de maio, inclusive sendo relata a realização de missas em alguns dos eventos. A tradição das Festas do Mês de Maria competiam com os eventos dos trabalhadores, fazendo com que surgissem inclusive influências mutuas nos movimentos. Outra questão relacionada a Igreja e a sua inserção no movimento operário foi a criação do Centro Católico Sergipano e do Jornal *A Cruzada*.

A reação à iniciativa de fundação do COS por setores conservadores da sociedade sergipana veio logo em seguida. Com o objetivo de se contrapor à criação do Centro Operário Sergipano, acusado de ter influência comunista, a Igreja Católica fundava o Centro Católico Sergipano, no dia 11 de julho de 1911, e em 1918 criava o jornal *A Cruzada*. O Centro Católico tinha como alvo disputar a militância entre os trabalhadores, enquanto o jornal *A Cruzada* seria órgão divulgador das ideias anticomunistas e dos princípios sociais contidos na *Rerum Novarum* (ARAUJO, 2009, p.23).

O jornal *A Cruzada*, em maio de 1925, noticiava o com grande destaque o “Mês de Maria”, e de maneira breve o 1º de maio, e logo ao lado explanava uma notícia afirmando que o Papa condenava o Bolchevismo:

O dia 1º de maio dos operarios - Por ser feriado nacional, recentemente decretado pelo governo federal, nesta cidade se comemorou com distinção. Por isso não houve expediente nas repartições públicas (A CRUZADA, 1925, N. 62, p. 2).

Em Relação ao Bolchevismo declarava: “Pio XI condenou o bolchevismo, porque este destroe a santidade da família, rebaixa a dignidade e trabalha contra a paz das nações” (A CRUZADA, 1925, N. 62, p. 2).

Conclui-se que o 1º de maio em Sergipe é marcado por uma grande campanha dos grandes jornais comerciais, representantes das elites e do governo sergipano, em solidificar o 1º de maio como um dia inofensivo, marcado pela simples festa do trabalho, a comunhão entre patrão e empregado. Em nossa pesquisa essa questão fica exposta, inclusive ficando claro que o apoio as mobilizações do 1º de maio se dava por elas serem “pacíficas” e “dentro da ordem”. Diferentemente de outros estados do país, não ficou percebida a existência da corrente

anarquista, que buscava a expressão do 1º de maio como dia de luto pelos mártires de Chicago. Porém a mobilização católica existiu, buscando disputar a mentalidade dos trabalhadores, afastando-os de correntes mais radicais, como o comunismo, socialismo ou anarquismo. Em relação aos socialistas em Sergipe, foi citada a existência do Centro Socialista Sergipano, em 1918, porém com poucas notícias em relação a sua atuação. A ação dos socialistas em Sergipe carece de uma maior pesquisa, pois a é intrigante afirmar que sua existência foi tão pequena, ainda mais se levarmos em consideração a atuação do sergipano Silvério Fontes nos espaços a nível nacional e na cidade de Santos.

Consideramos também as ações realizadas pelos trabalhadores sergipanos como importantíssimas para o início de uma formação de identidade de classe. Por mais que os jornais estivessem mais interessados em expor a união entre trabalhadores e patrões, as ações dos próprios trabalhadores com certeza iam mais na direção de auto afirmar enquanto trabalhadores, que trabalham da mesma forma, com a difícil realidade e buscando melhorar de vida.

O 1º de maio em Sergipe expôs a formação de ritos operários, marcados por passeatas, declamações de poesias, cantos de músicas e hinos, peças teatrais e simbologias, como estandarte do Centro Operário, presente em todas as manifestações. O Teatro Carlos Gomes surgia como o local em que a grande maioria dos eventos do 1º de maio iniciam ou desembocam durante as décadas de 1910 e 1920. Sempre presente a leitura de poemas, canções de música de exaltação aos operários e ao trabalho, além de apresentações cênicas. Esse ritos são de fundamental importância para a formação de uma identidade de classe. O resultado dessas ações, que contribuíram para consolidar essa posição de classe, pode ser percebida na conjuntura de 1921 e 1922, quando os trabalhadores, unidos através do Centro Operário, conseguiram conquistar melhorias no trabalho, com a redução da carga horária.

CONCLUSÃO

A partir dessa pesquisa, podemos chegar à conclusão que a demarcação do 1º de maio como “Dia dos Trabalhadores” possui origem na consolidação de uma ação internacionalista dentro do Movimento Operário, cultivada, inicialmente, pelo movimento dos trabalhadores europeus a partir da organização da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), também conhecida como Primeira Internacional, e pela Comuna de Paris.

O movimento dos trabalhadores norte-americanos em Chicago e os trágicos eventos ocorridos em Maio de 1886 colocam o 1º de maio no calendário do movimento operário mundial. Esses acontecimentos também são lembrados por vários anos pelos militantes anarquistas por todo o mundo, que buscaram expressar nas comemorações de 1º de Maio o luto em homenagem aos mártires de Chicago.

A organização da II Internacional em 1890 oficializam, de maneira mundial, as mobilizações do 1º de maio, através do Congresso de Paris, em 1889. A partir de 1890, o sucesso das ações faz com que os trabalhadores da II Internacional aprovassem a realização anual da mobilização, colocando a data de vez no calendário do movimento operário. As ações, que vão ocorrer a partir daí, revelam a riqueza complexa que é um movimento político de trabalhadores, demonstrando a diversidade de visões e expressões em relação ao 1º de maio, marcado pela disputa em torno das suas realizações em vários países ao redor do mundo. Essa disputa resultava em ritos diferenciados do dia dos trabalhadores, marcados pelas correntes ideológicas, pela ação do estado em relação a esse dia, e pela tradição operária e costumes locais.

No Brasil, local tardiamente industrializado e desenvolvido de maneira desigual em suas regiões, os trabalhadores se organizaram dentro de um contexto difícil para a luta operária. Apesar das dificuldades, várias organizações operárias conseguiram expor as suas formas de resistência as dificuldades da vida dos trabalhadores. Isso ficou percebido desde o surgimento das sociedades mutualistas até a formação e amadurecimento dos primeiros partidos e organizações operárias. A ação dos governos em cooptar, e dos patrões e da igreja em afastar da luta radical, também fazem parte da história da luta dos trabalhadores, que demonstrava uma dinâmica complexa em cada localidade. É dentro dessa complexidade que vão acontecer as manifestações de 1º de maio por todo o país. As ações podiam ser grandes ou pequenas passeatas, realização de sessões solenes, edições de jornais especiais, encenação de peças teatrais, exposições poéticas, canções musicais, romarias a cemitérios para relembrar os

mártires e etc. Essas ações demonstram a existência de ritos de 1º de maio no Brasil, marcadas pela ideologia das correntes presentes e influenciadas pela realidade local e pelas tradições. O Governo Federal também buscava influenciar o dia, questão exposta principalmente no ano de 1925, com o decreto lei que declarava o 1º de maio como feriado nacional.

Em Sergipe as dificuldades para a organização dos trabalhadores se dava de maneira ainda mais intensa que em outras regiões. A realidade industrial demonstra a existência de um pequeno desenvolvimento parque industrial no estado a partir do fim do século XIX. A pequena quantidade de trabalhadores urbanos limitava o poder de barganha dessa classe social, que, apesar das dificuldades, buscava organizar-se para resistir. Assim como em outros locais do país as primeiras organizações foram as mutualistas, existindo várias delas em todo o estado. A existência de jornais operários com um caráter mais político foi percebida desde 1891, com o surgimento do jornal *O Operário*, editado também em 1896. É a partir de 1910, com a criação do Centro Operário que a organização ganhava mais consistência, sendo inclusive o responsável pela organização das mobilizações de 1º de Maio em terras sergipanas durante a década de 1910 a 1930.

Em relação ao dia, é percebida uma grande tentativa da grande imprensa em transformá-lo em um dia inofensivo, pacífico, que comungava a união amistosa entre patrões e empregados em Sergipe. O discurso de amizade nas fábricas sergipanas começou a desmontar-se com as críticas realizadas pelos trabalhadores nos jornais operários, demonstrando que nem tudo eram flores. Esse discurso cai por terra, definitivamente, durante a conjuntura 1921-1922, quando greves ocorrem lideradas pelo Centro Operário, garantindo conquistas para os trabalhadores em relação a redução da carga horária. A reação da classe patronal, ressentida com o Centro, foi criminalizar e obrigar os seus trabalhadores a se rasgarem suas carteirinhas em público e anunciar sua saída das fileiras no centro em jornais.

Nesse sentido, o 1º de maio em Sergipe teve papel fundamental na criação de uma identidade de classe entre os trabalhadores sergipanos. Durante as suas ações, era sempre exaltado o papel do operário e da operária, valorizando a sua função e criando visões comuns entre os seus participantes. É possível perceber também a existência de ritos nas comemorações sergipanas. O teatro Carlos Gomes era sempre o local onde se iniciava ou terminava as manifestações do dia, e nele era sempre declamadas poesias e cantadas músicas e hinos, além de manifestações cênicas e artísticas.

A tradição cristã também era muito forte entre o operariado sergipano. Em vários jornais durante o mês de maio eram anunciadas as ações dos chamados “Mês de Maria”, além da realização de missas campais durante os eventos de 1º de maio. Em Estância uma festa religiosa ocorrida em Maio, a “Festa de Santa Cruz”, era organizada pelos operários da fábrica de tecidos de Estância desde a década de 1890. O jornal *A Cruzada* também disputava a ideologia operária, sempre buscando criticar movimentos radicais como o socialismo, anarquismo ou comunismo.

Essa pesquisa, pela sua característica monográfica de conclusão de curso, não teve o intuito e nem possibilidade de responder a todas as perguntas relacionadas ao 1º de Maio em Sergipe. O seu objetivo foi fazer uma contribuição ao tema, ainda pouco explorado em Sergipe, buscando amadurecer pesquisas posteriores de maior fôlego. Consideramos que o seu objetivo proposto foi alcançado, pois reunimos elementos consistentes para a análise da data.

5. BIBLIOGRAFIA

a) JORNAIS

A CRUZADA, Aracaju, Ano VII, n. 62. 03 de maio de 1925.

A RAZÃO, Estância, Ano XVII, n. 17, 1 de maio de 1910.

A RAZÃO, Estância, Ano XIX, n. 18, 5 de maio de 1912.

CORREIO DE ARACAJÚ, Aracaju, Ano III, n. 454. 7 de maio de 1908.

CORREIO DE ARACAJÚ, Aracaju, Ano V, n. 546. 30 de abril de 1911.

CORREIO DE ARACAJÚ, Aracaju, Ano V, n. 547. 5 de maio de 1911.

CORREIO DE ARACAJÚ, Aracaju, Ano VI, n. 691. 1 de maio de 1912.

CORREIO DE ARACAJÚ, Aracaju, Ano VI, n. 692. 5 de maio de 1912.

CORREIO DE ARACAJÚ, Aracaju, Ano VII, n. 1152. 1 de maio de 1914.

CORREIO DE ARACAJÚ, Aracaju, Ano VIII, n. 1442. 1 de maio de 1915.

CORREIO DE ARACAJÚ, Aracaju, Ano VIII, n. 1443. 5 de maio de 1915.

CORREIO DE ARACAJÚ, Aracaju, Ano IX, n. 1789. 3 de maio de 1916.

CORREIO DE ARACAJÚ, Aracaju, Ano X, n. 2035. 1 de maio de 1917.

CORREIO DE ARACAJÚ, Aracaju, Ano X, n. 2036. 3 de maio de 1917.

CORREIO DE ARACAJÚ, Aracaju, Ano XIII, n. 2864. 30 de abril de 1920.

CORREIO DE ARACAJÚ, Aracaju, Ano XIII, n. 2864. 30 de abril de 1920.

CORREIO DE ARACAJÚ, Aracaju, Ano XV, n. 3405. 28 de abril de 1920.

CORREIO DE ARACAJÚ, Aracaju, Ano XV, n. 3406. 29 de abril de 1920.

CORREIO DE ARACAJÚ, Aracaju, Ano XV, n. 3407. 30 de abril de 1920.

CORREIO DE ARACAJÚ, Aracaju, Ano XV, n. 3408. 03 de maio de 1920.

CORREIO DE ARACAJÚ, Aracaju, Ano XV, n. 3409. 05 de maio de 1920.

CORREIO DE ARACAJÚ, Aracaju, Ano XV, n. 3410. 06 de maio de 1920.

CORREIO DE ARACAJÚ, Aracaju, Ano XV, n. 3411. 08 de maio de 1920.

CORREIO DE ARACAJU, Aracaju, Ano XXI, n. 776, 30 de abril de 1928.

CORREIO DE ARACAJU, Aracaju, Ano XXI, n. 777, 02 de maio de 1928.

CORREIO DE ARACAJU, Aracaju, Ano XXIII, n. 1350, 30 de abril de 1930.

CORREIO DE ARACAJU, Aracaju, Ano XXIII, n. 1351, 02 de maio de 1930.

ESTADO DE SERGIPE, Aracaju, Ano, XIII, n. 3550, 3 de maio de 1911.

ESTADO DE SERGIPE, Aracaju, Ano, XIII, n. 3549, 30 de abril de 1911.

ESTADO DE SERGIPE, Aracaju, Ano XVIII, n. 5178, 1 de maio de 1917.

ESTADO DE SERGIPE, Aracaju, Ano XVIII, n. 5179, 3 de maio de 1917.

ESTADO DE SERGIPE, Aracaju, Ano XVIII, n. 5177, 29 de abril de 1917.

ESTADO DE SERGIPE, Aracaju, Ano XIX, n. 5459, 30 de abril de 1918.

ESTADO DE SERGIPE, Aracaju, Ano XIX, n. 5461, 3 de maio de 1918.

GAZETA DO POVO, Aracaju, Ano II, n. 500, 30 de abril de 1926.

GAZETA DO POVO, Aracaju, Ano II, n. 501, 4 de maio de 1926.

GAZETA DE SERGIPE, Aracaju, Ano IV, n. 714, 02 de maio de 1930.

O ESTUDANTE, Aracaju, Ano I, n. 10, 04 de maio de 1930.

O IMPARCIAL, Aracaju, Ano I, n. 199, 5 de maio de 1919.

b) LIVROS, ARTIGOS, REVISTAS E MONOGRAFIAS

ARAUJO, Ruy Belém. Disputa política ideológica em torno do significado do 1º de maio. IN: **Revista Candeeiro**, Ano XI, V. 17 e 18. São Cristóvão: 2009

ARÊAS, Luciana Barbosa. As Comemorações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro (1890 – 1930). IN: **Revista História Social**, n. 4\5. UNICAMP, São Paulo: 1998. Disponível em:<<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/101/97> >. Acesso em 09 de dez. 2015.

BADARÓ, Marcelo Mattos. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. Datilografado, Rio de Janeiro: 1996.

BILHÃO, Isabel. Dia de Festa, dia de luto ou feriado nacional? As diferentes concepções do Primeiro de Maio no Brasil ao longo dos anos 1920. IN: **Revista de História ibero-americana**. Passo Fundo: 2013.

CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1877 – 1944)**. São Paulo: Difel, 1984.

CASTELLUCCI, Aldrin. Os Socialistas e as comemorações do Primeiro de Maio em Salvador: Ritualização e afirmação de uma identidade operária nas duas primeiras décadas republicanas. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH**, São Paulo: 2011.

CHICARELI, Lucas de Godoy; BILHÃO, Isabel. Maio do amor, do ódio, da vingança: o dia do trabalhador na primeira década de publicação do jornal anarquista “A plebe”. **Anais do X Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas**. UEL: Rio Grande do Sul: 2014.

COGGIOLA, Osvaldo. A Primeira Internacional Operária e a Comuna de Paris. In: **Revista Aurora, ano V, número 8**. São Paulo: 2011.

DANTAS, José Ibarê. Notícias de Greves em Sergipe – 1915 – 1930. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Nº 31**. Sergipe: 1992.

DEL ROIO, José. **A História de um dia – 1º de maio**. Editora Ícone, São Paulo: 1998.

GUEDES, Cristiane Montalvão. **A exploração patronal sobre o operariado têxtil em Sergipe (1889 – 1930)**. São Cristóvão: DHI/UFS, 1997. (Monografia)

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**. Global Editora, São Paulo: 1982

HOBSBAWM, Eric. **Pessoas Extraordinárias – Resistência, rebelião e jazz**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

LINS, Lindericy Francisco. O Primeiro de Maio em Disputa: apropriações e significados do Dia do Trabalho no Ceará no início do século XX. In: **Anais do XXV Simpósio Nacional da ANPUH**. Fortaleza: 2009.

MACHADO, Manoel Cabral. Aspectos dos Movimentos Operários em Sergipe. **Revista de Aracaju**, nº 7, Sergipe: 1962.

MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro – 1890 – 1920**. Paz e Terra, São Paulo: 1979

MARQUES, João Carlos. O Caráter anarquista nas comemorações do Primeiro de Maio no Jornal A voz do trabalhador (Rio de Janeiro 1908 – 1915). IN: **Revista Méti: História e Cultura**, v. 11, n. 22. Caxias do Sul: 2012

NASCIMENTO, Ana Maria Bezerra do. O Caráter e a forma de organização dos trabalhadores em Teresina de 1900 a 1938. In: **Anais do XXII Simpósio Nacional da ANPUH**. João Pessoa: 2003.

OLIVEIRA, Jorge Marcos de. O ideal Anarquista “O Operário” (1896). In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Nº 29. Sergipe: 1987.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. Editora Brasiliense, São Paulo: 1998.

REZENDE, Antonio Paulo. **História do Movimento Operário no Brasil**. Editora Ática, São Paulo: 1986.

RIAZANOV, David. **Marx-Engels e a História do Movimento Operário**. Global Editora, São Paulo: 1984

ROMÃO, Frederico. **Na Trama da História – O Movimento Operário em Sergipe**. Gráfica Editora J. Andrade, Sergipe: 2000

SOUSA, Antonio Lindvaldo. **Disciplina e Resistência – Cotidiano dos Operários Têxteis em Aracaju (1910 a 1930)**. São Cristóvão: UFS/DHI, 1991. (Monografia)